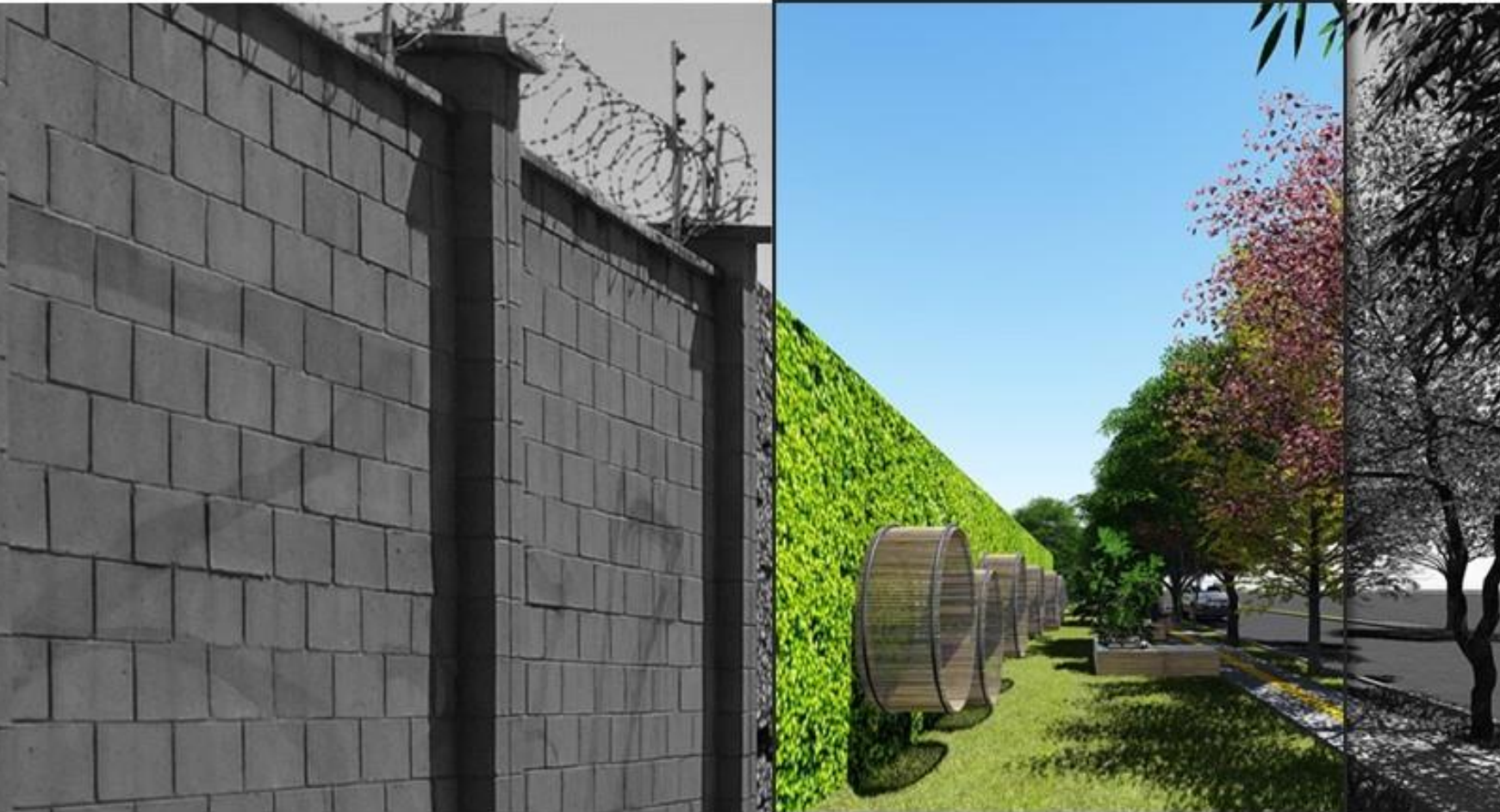


O MURO NA PAISAGEM URBANA DE
PRESIDENTE PRUDENTE: SEGREGAÇÃO E
INSEGURANÇA QUE PODE SER MINIMIZADO
COM ALTERNATIVAS PAISAGÍSTICAS



CAMILA BRUCHMAM

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**O MURO NA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE: SEGREGAÇÃO E INSEGURANÇA QUE PODE SER
MINIMIZADO COM ALTERNATIVAS PAISAGÍSTICAS**

Trabalho de Curso apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Me. Luciano Katsumy Osako.

Presidente Prudente/SP
2019

**O MURO NA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE: SEGREGAÇÃO E INSEGURANÇA QUE PODE SER
MINIMIZADO COM ALTERNATIVAS PAISAGÍSTICAS**

Trabalho de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Me. Luciano Katsumy Osako

Prof. Dr. Rodrigo Cezar Criado

Prof. Ma. Fabrícia Mitiko Ikuta

Presidente Prudente, 28 de novembro de 2019.

Desde sempre, e mais ainda nestes tempos, nossos grandes medos vêm do escuro.
O homem não teme o que vê, mas o que não vê.

Mário Sergio Cortella

Dedico este trabalho a mulher atenciosa, independente e crítica que me apoia nas diversas ocasiões, essencial para esta formação, minha mãe Vânia Rúbia Seixas.

Agradeço, primeiramente, a amiga engenheira Monicke Scola por me impulsionar a cursar Arquitetura, aos colegas e docentes que contribuíram no processo de ensino-aprendizagem através das trocas diárias e ao meu orientador Prof.^o Mestre Luciano Katsumy Osako, pela disponibilidade, atenção e transmissão de conhecimentos, que tornou esse processo de aprendizagem leve e prazeroso.

RESUMO

Este projeto visa analisar as paisagens urbanas do município de Presidente Prudente, a luz da metodologia Visão Serial, de Gordon Cullen, nos espaços predominantemente murados encimados de concertinas e cercas elétricas dos loteamentos fechados, que dão suas costas para a vida nas ruas, bem como reafirmar as teorias de Teresa Pires do Rio Caldeira e Ermínia Terezinha Menon Maricato sobre o entrave que essas fortalezas representam dentro da malha urbana, pela privatização do patrimônio público, segregação, insegurança, entre outros aspectos. A partir disso, pretende-se adotar uma área da cidade como objeto de estudo e desenvolver arquitetura da paisagem por meio de projeto de paisagismo que modificará esta determinada paisagem urbana, na área intermediária de acesso entre público e privado, e conseqüentemente venha trazer benefícios aos usuários.

Palavras-chave: Muro, Presidente Prudente. Insegurança. Segregação. Paisagismo.

ABSTRACT

This project aims to analyze the urban landscapes of the municipality of Presidente Prudente, in the light of Gordon Cullen's Vision Serial methodology, in the predominantly walled spaces surmounted by concertinas and electric fences of closed lots, which give their backs to life on the streets, as well as to reaffirm the theories of Teresa Pires do Rio Caldeira and Ermínia Terezinha Menon Maricato about the obstacles that these fortresses represent within the urban fabric, for the privatization of public patrimony, segregation, insecurity, among other aspects. From this, it is intended to adopt an area of the city as object of study and develop landscape architecture through a landscaping project that will modify this particular urban landscape, in the intermediate area of access between public and private, and consequently will bring benefits to users.

Key words: Wall. Prudent President. Insecurity. Segregation. Landscaping.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LED – *Light Emitting Diode*

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TC – Trabalho de Conclusão

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 01 - Localização do Município de Presidente Prudente/SP.....	24
FIGURA 02 - Perímetro Urbano do Município.	25
FIGURA 03 - Desmatamento para plantação de café.	26
FIGURA 04 - Estrada Boiadeira e de Ferro Sorocabana.....	27
FIGURA 05 - Estação Ferroviária em 1930.	27
FIGURA 06 - Família em lavoura, 1930.....	27
FIGURA 07 - SANBRA 1950.	27
FIGURA 08 - Praça 9 de julho em 1960.	28
FIGURA 09 - Praça 9 de julho em 2019.....	28
FIGURA 10 - Vista panorâmica de Prudente, com a praça 9 de julho à direita.	29
FIGURA 11 - Crescimento urbano de PP entre 1990 a 2019.	30
FIGURA 12 - Mudança na fachada residencial entre 2016 e 2019, através de inserção de gradil e cerca elétrica, na rua Bela Vista, Vila Geni – Presidente Prudente.....	32
FIGURA 13 - Mudança na fachada residencial a esquerda, através do acréscimo de muro, localizada na rua Paraná, Vila Marcondes – Presidente Prudente.....	33
FIGURA 14 - Planta da cidade portuguesa Elvas e suas crescentes fortificações.	35
FIGURA 15 - Fachadas distintas em residências que foram entregues padronizadas.	40
FIGURA 16 - Residencial fechado Monte Azul, utiliza muro em blocos cimentícios encimado de concertina e cerca elétrica.	41
FIGURA 17 - Residencial fechado Porto Seguro, com talude, alvenaria com acabamento, pintura geométrica, concertina e cerca elétrica.....	42
FIGURA 18 - Residencial fechado Porto Bello Residencial, apresenta muro de bloco estrutural encimado com cerca elétrica.....	42

FIGURA 19 - Residencial fechado Portinari, possui muro com acabamento de pintura amarela encimado de concertina e cerca elétrica, acompanhado de espécies vegetais espaçadas.	43
FIGURA 20 - Residencial fechado Mart Ville, apresenta muro com pintura, concertina, cerca elétrica, talude espécies de plantas e coqueiros.....	43
FIGURA 21 - Condomínio Baluate, tem Fachada com mourão, muro de alvenaria tradicional, chapisco, encimado de tela e cerca elétrica.	44
FIGURA 22 - Residencial Bela Vista, com muro com chapisco e arbusto.....	44
FIGURA 23 - Bosque dos Tamburis, apresenta muro pintado e gradil em áreas de recreação.	45
FIGURA 24 - Central Park, possui muro da fachada mais baixos e com detalhes, diferente do muro lateral, com mais de cinco metros de chapisco.....	45
FIGURA 25 - Damha Beatris, tem muro, gradil, concertina e cerca elétrica, além de arbustos na fachada.....	46
FIGURA 26 - Damha Belvedere, combina muro, gradil e cerca elétrica.....	46
FIGURA 27 - Village Damha, possui muro, gradil e cerca elétrica.	47
FIGURA 28 - Damha I, utiliza mourão, arbusto e muro, além da cerca elétrica.	47
FIGURA 29 - Damha II, apresenta uma via com muro dos Damhas I e II, onde destacam-se muros, cercas elétricas, concertinas e arbustos (coroa-de-cristo, cujo nome científico é <i>Euphorbia milii</i>).....	48
FIGURA 30 - Damha III, tem muro, gradil e cerca elétrica.	48
FIGURA 31 - Damha IV, está em construção, mas já apresenta muro, gradil e cerca elétrica.	49
FIGURA 32 - Eco Palace, residencial mais popular, com muro, gradil, cerca elétrica e concertina.	49
FIGURA 33 - Jatobá tem muro, gradil e cerca e concertina.	50
FIGURA 34 - Morumbi, possui muro pintado de verde musgo, cerca viva com trepadeira, cerca elétrica, concertina, talude e arborização na fachada.	50
FIGURA 35 - Porto Madero, com muro, cerca elétrica, concertina e talude.	51
FIGURA 36 - Safira I, II e III, ambos com muro, cerca elétrica e concertina.	51
FIGURA 37 - Solares, com muro e cerca elétrica durante longa extensão da paisagem.	52

FIGURA 38 - João Paulo II, apresenta muro com chapisco encimado de cerca, cerca elétrica, concertina e rodeado de coroa-de-cristo (<i>euphorbia mili</i>).....	52
FIGURA 39 - Localização dos residenciais fechados no município.....	54
FIGURA 40 - Paineis em concreto aparente assinado por Burle Marx e Haryuoshi Ono.....	61
FIGURA 41 - Corredor com jardim vertical.	62
FIGURA 42 - Calçada de Copacabana com mosaicos em pedra portuguesa.	63
FIGURA 43 - Jardim com banco de madeira e desenhos geométricos entre texturas.	64
FIGURA 44 - Caminhos com delimitações por barreiras arbóreas e espelhos d'água.	64
FIGURA 45 - LED contornando o caminho e ressaltando os troncos e copas das árvores.....	65
FIGURA 46 - Jardim organizado em diferentes níveis.....	66
FIGURA 47 - Croqui do caminho percorrido para visão serial na rua paralela a Av. Salim Farah Maluf.	69
FIGURA 48 - Foto tirada na rua (mão única) paralela à Av. Salim Farah Maluf, sentido Prudenshopping, com muro do residencial Monte Azul à direita	70
FIGURA 49 - Foto do comércio do lado esquerdo, em frete ao residencial fechado Monte Azul.	70
FIGURA 50 - Foto a partir da perspectiva do transeunte.....	71
FIGURA 51 - No talude.....	71
FIGURA 52 - Visão superior.	71
FIGURA 53 - Foto das duas Figueiras que ficam em frente ao acesso do residencial Monte Azul	72
FIGURA 54 - Foto das diversas vias de acesso, para veículos e pedestres.	72
FIGURA 55 - Foto da fachada do residencial Monte Azul.	73
FIGURA 56 - Fotografia do bosque, premiada pelo “National Geographic Brasil” 2013 e sua localização na área do loteamento Monte Azul, na mesma época.....	73
FIGURA 57 - Localização do objeto de estudo.....	74
FIGURA 58 - Localização das árvores no loteamento.....	74
FIGURA 59 - Local de intervenção.	75

FIGURA 60 – Zoneamento do entorno.....	76
FIGURA 61 – Uso e ocupação do entorno.	76
FIGURA 62 – Gabarito de altura dos edifícios a frente da área.	77
FIGURA 63 – Curvas de nível existentes na área de intervenção.....	77
FIGURA 64 – Sistema Viário do entorno.	78
FIGURA 65 – Carta Solar.	79
FIGURA 66 – Registro de cada espécie preexistente (galhos, folhas, flores e sementes pareados a régua de 40cm).	80
FIGURA 67 – Desenhos botânicos das espécies preexistentes (aquarela sobre papel <i>montval</i> 24x32cm – 300g/m ²).....	80
FIGURA 68 - Detalhe da situação atual da área de intervenção.	81
FIGURA 69 - Croqui da planta baixa da proposta de intervenção.....	82
FIGURA 70 - Croqui, visão horizontal, da proposta.....	83
FIGURA 71 - Croqui, visão oblíqua, da proposta.	83
FIGURA 72 – Imagem renderizada do projeto.	85

TABELAS

TABELA 01 - Quantificação da área e perímetro dos residenciais fechados.....	53
TABELA 02 – Quantitativo das preexistências da área de intervenção.	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Objetivos	23
1.1.1 Objetivo Geral	23
1.1.2 Objetivos específicos	23
1.2 Metodologia.....	24
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	24
2.1 Presidente Prudente: origem e desenvolvimento.....	24
2.2 Mudanças na paisagem urbana do município.....	30
2.3 O muro: sua utilização ao longo da história	34
2.4 A aplicabilidade do muro na contemporaneidade do município	40
2.5 As legislações	55
3 REFERÊNCIAS PROJETUAIS	60
3.1 Paisagismo: uma alternativa	60
3.2 Referências Projetuais.....	60
3.3 Diretrizes.....	67
4 ANÁLISE	68
4.1 A perspectiva do pesquisador sobre uma via murada: Método Gordon Cullen	68
5.1 Proposta.....	82
5.2 Memorial Descritivo e Justificativo	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - Preexistências.....	107
APÊNDICE B - Projeto paisagístico.....	108

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas ocorreram grandes mudanças no centenário do município de Presidente Prudente, as quais evidenciam uma crescente adoção de gradis e muros cada vez mais altos e fechados nas residências, bem como a supressão de paisagens arbóreas, como o corredor natural de fícus (*ficus benjamina*), as margens da Av. Salim Farah Maluf, entre outras áreas que deveriam ser de preservação ambiental, para darem lugar aos loteamentos fechados, também cercados de muros extremamente altos e encimados de cercas elétricas e concertinas.

Assim como as paisagens, é de conhecimento comum que a economia, política, cultura e sociedade mudaram ao longo da história, de modo que cada qual contribui direta e indiretamente para alterações umas às outras. Dito de outro modo, ao ponto que Prudente passa a se tornar uma cidade média, aumentando sua população, apresentando bons Índices de Desenvolvimento Humano, infraestrutura, prestação de serviço e comércio, acaba atraindo habitantes das cidades

vizinhas e até de estados distantes, principalmente por ser polo universitário. Contudo, ela não consegue “abraçar” toda essa população e apresenta índices de desigualdade social e certa criminalidade.

Neste contexto, tanto os moradores, como profissionais da construção civil e empresas imobiliárias que atuam na cidade, em sua grande maioria, optam por se “protegerem” e/ou venderem a ideia de “segurança” com elevação de muros que dão as costas para a vida nas ruas.

Essa ideia de insegurança propagada na sociedade sustenta o ideal de morar em loteamentos fechados, que já não são exclusividade da classe alta. Contribuindo para esse quadro, os governos e câmaras municipais frequentemente flexibilizam a legislação, ou pior, a ignoram, para implementar os loteamentos fechados que, além de serem grandes entraves nas cidades em relação a mobilidade urbana, pois se comportam como ilhas impenetráveis com poucas conexões às malhas viárias (CALDEIRA, 1997), também são considerados ilegais (MARICATO, 2008) e altamente criticados por arquitetos e urbanistas, visto que o parcelamento de terras é regido pela lei 6766/79 – Lei Lehmann, cuja qual

determina que todas as ruas e a área pública e verde de cada loteamento são de uso público, ou seja, o acesso a elas não pode ser restrito, murado.

Atualmente Presidente Prudente destaca-se no ranking entre os municípios que possuem alta concentração de condomínios residenciais fechados, com paisagem urbana conseqüentemente cinzenta e cega, que enaltece a segregação socioespacial e despreza a interação social, caracterizando-se como uma manifestação dramática de fortificação dentro da cidade (BLAKELY 1997).

Esse perfil arquitetônico comum aos loteamentos fechados impacta negativamente a convivência urbana no entorno, pois muros compõem paisagens monótonas e hostis que, aparentemente, garantem amparo aos que estão dentro de seus espaços e medo aqueles do lado de fora. Desta forma a utilização, por pedestres, das vias muradas diminuem, tornando-as cada vez mais inseguras.

Autores como Allan B. Jacobs (1995) explicitam que as melhores ruas são aquelas que apresentam uma certa transparência, que desperta no

pedestre a sensação de habitabilidade, conforto e possível refúgio, que encoraje o passeio a pé, bem como a interação entre as pessoas através de atrativos visuais. Além disso, segundo Jane Jacobs, é importante que os edifícios tenham “olhos para a rua”, ou seja, “eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega” (JACOBS, 2011, p.36).

Assim, contrariando ao comportamento prudentino e pautado nos princípios de Ermínia Maricato sobre a ilegalidade dos loteamentos fechados e a vida nas ruas por Jane Jacobs, este projeto propõe a reflexão da função social do arquiteto, após percepção mais detalhada das paisagens muradas do município de Presidente Prudente, através do método de visão serial de Gordon Cullen, e elucida alternativas paisagísticas que visam a preservação ecológica, conservação da paisagem natural, sustentabilidade, integração e escala para pedestres, contrapondo o uso exacerbado dos muros, em vista de uma melhoria na qualidade de vida e mudança comportamental dos munícipes.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O propósito deste TC é desmistificar a ideia de segurança atrelada aos muros e desenvolver projeto paisagístico em área intermediária entre público e privado na malha urbana, criando recintos próprios para o convívio humano e conseqüentemente ruas mais seguras no município de Presidente Prudente.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos dessa pesquisa são:

- a) Compreender a função sociocultural do muro em civilizações antigas;
- b) Entender a função sociocultural do muro na realidade de Presidente Prudente;
- c) Comparar a aplicação do muro nas situações estudadas;
- d) Identificar principais perímetros murados na cidade de Presidente Prudente;
- e) Analisar as paisagens envoltórias desses muros;
- f) Aplicar método visão serial de Gordon Cullen;
- g) Desmistificar sensação de segurança atrelada aos muros;
- h) Analisar projetos de espaços públicos providos de paisagismo e a forma que são utilizados;
- i) Lucidar exemplos de projetos de áreas intermediárias que garantem conforto e segurança na transição do público (rua) e privado (residência);
- j) Evidenciar técnicas construtivas mais eficientes no uso do paisagismo;
- k) Estudar e comparar espécies vegetais sensoriais;
- l) Escolher uma área urbana, de uso público, para realização da proposta paisagística;
- m) Selecionar espécies (de preferência nativas) para utilização no projeto;
- n) Propor alternativas paisagísticas para a produção dessas áreas intermediárias;
- o) Desenvolvimento de um projeto de intervenção para a área selecionada.

1.2 Metodologia

O presente TC tem como objeto de estudo as paisagens urbanas, da cidade de Presidente Prudente, que possuem como barreira visual e socioespacial o muro de loteamentos fechados.

Sendo assim, após revisão bibliográfica, será desenvolvida pesquisa de campo no âmbito quantitativo, valendo-se de: leitura de mapas municipais, para aferir quantidade de áreas pertencentes aos loteamentos fechados, bem como sua extensão perimetral, além do método de visão serial de Gordon Cullen para análise qualitativa das paisagens que circundam tais loteamentos.

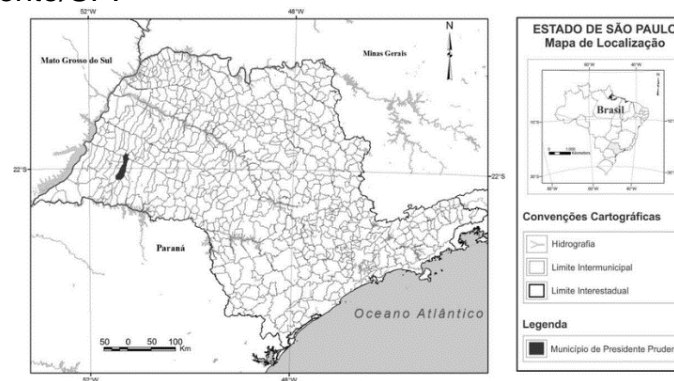
Deste modo a visão serial contribui para esclarecer a qualidade desses espaços urbanos prudentinos, apoiada em mapas, tabelas, fotos e croquis, e então propor uma alternativa paisagística que venha modificar positivamente a paisagem, que outrora era composta predominantemente por uma sequência de muros.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Presidente Prudente: origem e desenvolvimento

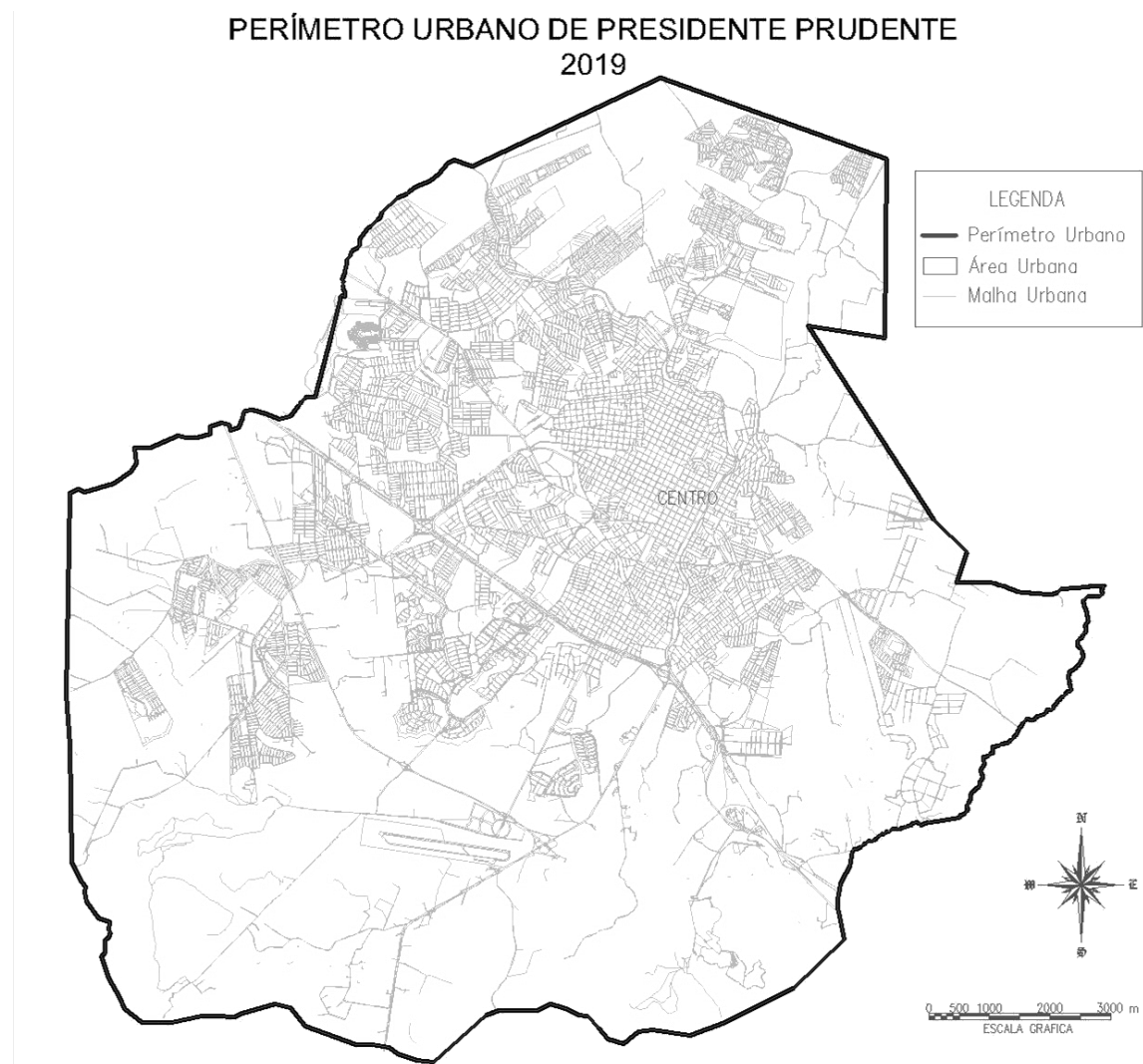
O município de Presidente Prudente abrange uma área territorial total equivalente a 562,79 km², localizada na região do Sudoeste do Estado de São Paulo – Brasil, circundada pelos municípios de Flora Rica, Flórida Paulista, Mariápolis, Pirapozinho, Regente Feijó, Caiabu, Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito, a 472 metros acima do nível do mar (IBGE, 2010).

FIGURA 01 - Localização do Município de Presidente Prudente/SP.



Fonte: Malhas digitais do IBGE. Org. Cardoso, R. S.

FIGURA 02 - Perímetro Urbano do Município.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

Caracteriza-se por uma cidade média devido a quantidade de habitantes, 207.610 (IBGE, 2010) intermediária entre 100 mil e 500 mil habitantes, bem como seu relativo grau de avanço na economia e na infraestrutura, os quais resultaram em algumas expansões da malha, de modo que a cidade apresenta atualmente 181,38 km² de área urbana.

Segundo a organizadora do livro *Presidente Prudente: Capital Regional*, Maria Angela D’Incao (2007), a história de Prudente teve início em meados do século XIX, onde a região oeste do Estado de São Paulo, localizada entre os rios Paraná, Paranapanema e Peixe, era pouco conhecida e raramente povoada, com exceção de algumas comunidades Guaranis: os Caiuás, os Xavantes e os Caingangas (Coroados), que de acordo com Caetano (2017), após a chegada dos homens brancos e derrotas durante conflitos acabaram recuando para os estados do Mato Grosso e norte do Paraná.

Pode-se afirmar que o desbravamento desta região, como destacado em entrevista do professor e ex vereador José Caetano Silva (2017), foi sinônimo de desmatamento e dizimação indígena, que teve início com a

vinda de mineiros atraídos pelas terras de campos apropriadas às suas atividades agrícolas, além de criação bovina e suína. Em destaque aparece o nome de José Teodoro de Souza que se aproveitou de terras devolutas cobertas por matas para se instalar na região, posteriormente a figura de Domingos Ferreira de Medeiros pautado numa economia de subsistência, até o surgimento de dois núcleos urbanos criados pelos Coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, que foram os responsáveis pela fundação, em 14 de setembro 1917, de Presidente Prudente.

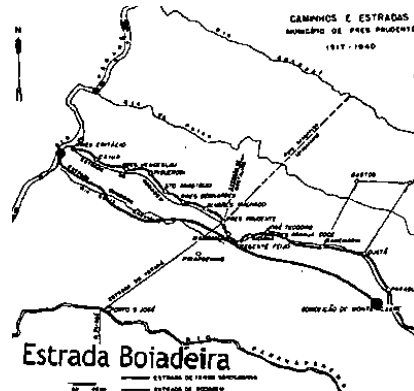
FIGURA 03 - Desmatamento para plantação de café.



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Marcos Antônio Sanches.

É possível afirmar que, desde a sua fundação, Prudente atraiu investidores. Primeiramente do setor agrícola, através do cultivo de café, algodão, amendoim, mamona e arroz. Posteriormente do setor industrial pois, de acordo com Souza (2008), o Oeste Paulista possuía grandes latifúndios cafeeiros entre o fim do século XIX e o início do século XX, os quais atraiu indústrias de renome como as Indústrias Matarazzo, SANBRA, dentre outras, fator este que apresentou grande significância na história da emancipação do município, orientada precursoramente pela estrada boiadeira e ferrovia, verificados nas imagens a seguir.

FIGURA 04 - Estrada Boiadeira e de Ferro Sorocabana.



Fonte: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itapetininga.htm>. (Acesso em: 24 de abril de 2019).

FIGURA 05 - Estação Ferroviária em 1930.



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Marcos Antônio Sanches.

FIGURA 06 - Família em lavoura, 1930.



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Marcos Antônio Sanches.

FIGURA 07 - SANBRA 1950.



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Marcos Antônio Sanches.

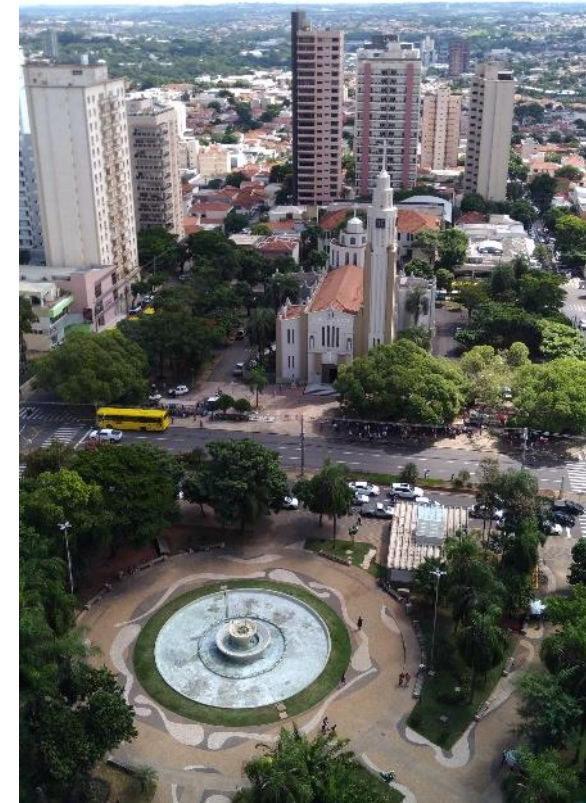
Com o passar dos anos e o desenvolvimento da cidade, as instalações fabris e o sistema ferroviário entraram em decadência, foram desocupadas e sofreram com a ação do tempo, do homem e, como consequência, é notória a mudança na paisagem urbana municipal, que hoje abriga novas edificações e planos urbanos.

FIGURA 08 - Praça 9 de julho em 1960.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.222/7216>.
(Acesso em: 23 de março de 2019).

FIGURA 09 - Praça 9 de julho em 2019.



Fonte: a autora, 2019.

Assim, a agricultura e industrialização deram espaço não apenas físico, mas também estatístico para outros setores ao longo da história, pois atualmente a economia municipal se vale principalmente da prestação de serviço, estando na 31ª colocação no ranking estadual, seguida pelo setor industrial (74ª) e por fim a agricultura (290ª), segundo dados do último IBGE.

O município, além de atender a demanda das cidades vizinhas no que diz respeito a comércio e saúde

também lida com um grande público de universitários que residem de três a nove anos durante seus estudos, aumentando e movimentando o mercado prudentino.

Deste modo o desenvolvimento trouxe mudanças quantitativas e qualitativas para a cidade. Pode-se dizer que junto com o aumento populacional, o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico, ocorreram também transformações físicas e culturais ao longo de todos esses 102 anos.

FIGURA 10 - Vista panorâmica de Prudente, com a praça 9 de julho à direita.



Fonte: Acervo pessoal Fábio Ocanha, 2019.

Contestando todo esse perfil de desenvolvimento, segundo o Censo (IBGE, 2010), infelizmente 1747 pessoas estão abaixo da linha extrema da pobreza, 1133 residências ainda não contam com coleta de lixo, e destes, 669 domicílios possuem paredes inadequadas.

Esses dados indicam que, muito embora o município se destaque em alguns rankings acima dos indicadores do estado e federação, como no caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH=0.806), ainda não é o ideal, pois apresenta grande desigualdade social, passível de ser constatada em sua paisagem urbana, a qual este trabalho se restringirá analisar as últimas três décadas.

2.2 Mudanças na paisagem urbana do município

Ao observarmos as imagens de satélite de Presidente Prudente desde 1990 até 2019 podemos constatar o aumento na malha urbana, decorrente do aumento populacional e ações do mercado imobiliário.

Entre essas expansões estão a implantação de conjuntos habitacionais, para a população de baixa

renda nas extremidades do perímetro urbano, e de loteamentos fechados, em vista de atender a elite concentrada principalmente nas áreas centrais e ao sul de Prudente.

FIGURA 11- Crescimento urbano de PP entre 1990 a 2019.



Fonte: Google Earth, adaptada pela autora, 2019.



Além dessa mudança através de uma visão vertical, ao passear pelas ruas do município, por uma visão frontal, também verificamos transformações.

Segundo o economista do IPEA, Daniel Cerqueira (2017), “há uma clara correlação entre as condições de desenvolvimento humano e as taxas de mortes violentas” dentro de um município. A partir disso, o

Ipea em 2017 em seu Atlas de Violência, elege Presidente Prudente a 11ª cidade mais pacífica do país, com taxa de 8,1 homicídios para cada 100 mil habitantes. Mas ainda assim, uma consciência coletiva de medo sustentada por alguns atos de violência faz com que os habitantes busquem elementos de proteção aos seus lares, como podemos observar nas fachadas residenciais a seguir.

FIGURA 12 - Mudança na fachada residencial entre 2016 e 2019, através de inserção de gradil e cerca elétrica, na rua Bela Vista, Vila Geni – Presidente Prudente.



Fonte: Google maps – *smart view* - edição da autora, 2019.

FIGURA 13 - Mudança na fachada residencial a esquerda, através do acréscimo de muro, localizada na rua Paraná, Vila Marcondes – Presidente Prudente.



Fonte: Google maps - *smart view*, 2019.

Diante disso, os residenciais fechados conseguem sucesso entre os habitantes tanto pela promessa de segurança, quanto o status eminente a figura de fortaleza a qual eles representam, fortalecidos pelo

senso comum coletivo na busca de estruturas que demonstrem melhor desempenho na proteção de seus entes queridos, seja na instalação de gradis, cercas elétricas, muros ou concertinas.

2.3 O muro: sua utilização ao longo da história

De acordo com o Dicionário Online de Português, muro é:

substantivo masculino. Obra de alvenaria, adobe, taipa, tijolo etc., destinada a cercar um recinto, a proteger um povoado ou cidade, ou separar um lugar de outro. Murada. [Por Extensão] Tudo que possa servir para separar uma coisa de outra, ou defendê-la. [Figurado] Defesa, proteção, auxílio. [Figurado] Obstáculo intransponível. Lugar cerrado para guardar colmeias. (DICIO, 2019)

Segundo Jacques Le Goff (2007, p. 11) “es importante conocer el pasado para comprender mejor el presente, para saber en qué lo prolongamos y qué es lo que nos distancia de él”¹.

Com base nisso, ao voltar nosso olhar para o Ocidente no século X é possível observar que os espaços urbanos que caracterizam as cidades medievais apresentam como um dos seus principais aspectos físicos

as muralhas, construídas como sistema de identificação do cenário urbano e de sua segurança.

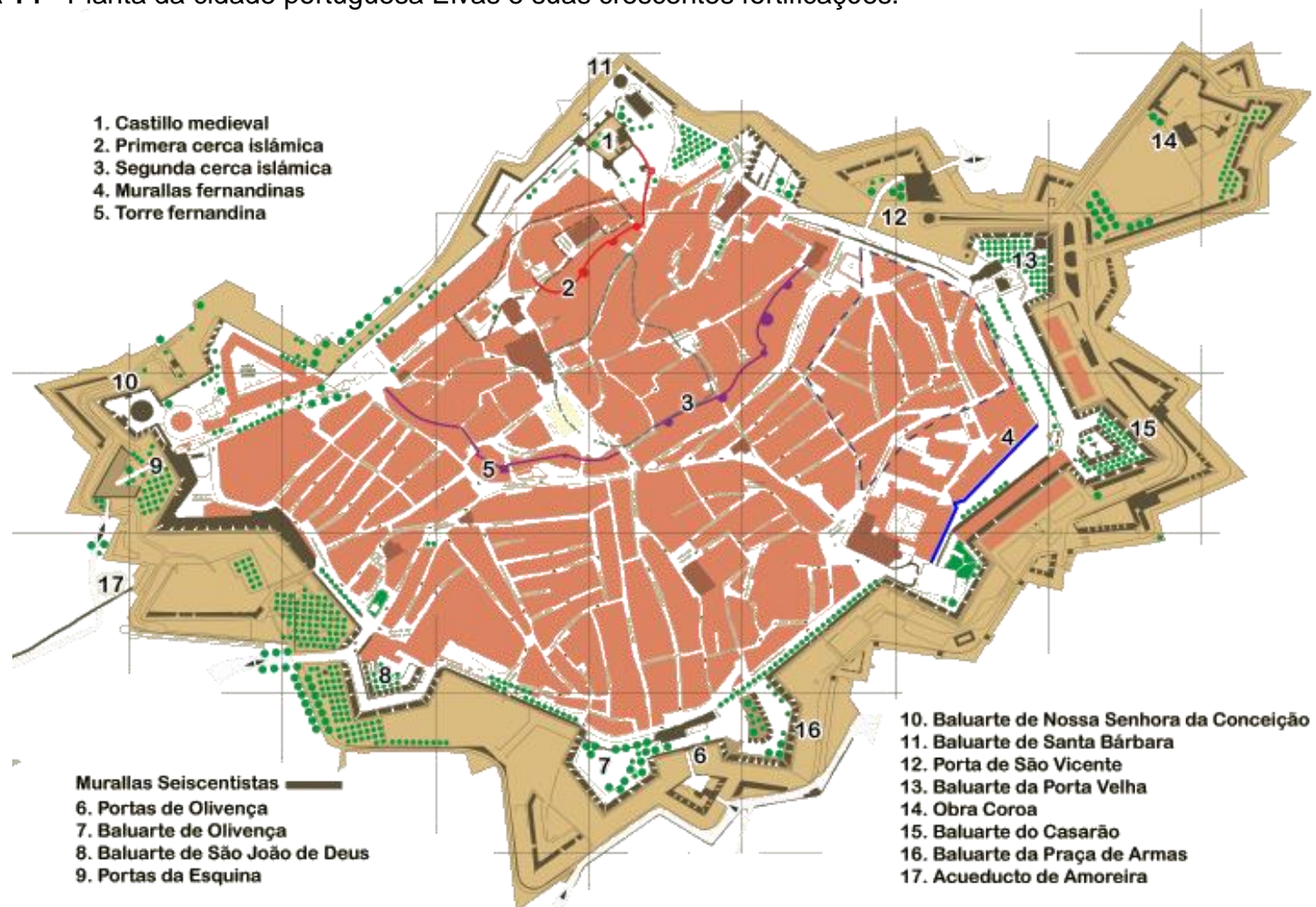
De acordo com Le Goff (1992, p. 17):

[...] a muralha foi o elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais”, pois embora representasse a divisão entre o campo e a cidade, tinha por objetivo garantir a integridade, tanto dos que residiam no seu interior, quanto no exterior, já que os camponeses adentravam e eram responsáveis por vigiar os portões de acesso à cidade, em períodos de guerra. Logo, esses muros eram construídos como medida protetiva de suas comunidades contra invasores bárbaros, cuja “importância de seu papel militar é evidente [...]

Seta (1991) chama a atenção para o valor de unidade entre campo e cidade (dentro e fora das muralhas), pois ainda que houvesse essa barreira física, existia constante troca de atividades rurais e urbanas, além da proteção e defesa da paz de todos daquela comunidade.

¹ É importante conhecer o passado para compreender melhor o presente, para saber em que o prolongamos e o que nos distancia dele **(nossa tradução)**.

FIGURA 14 - Planta da cidade portuguesa Elvas e suas crescentes fortificações.



Fonte: LARA 2017, p 1.

De acordo com Benevolo, conforme a população aumenta e a:

cidade fortificada da Alta Idade Média, designada habitualmente por burgo, não é suficiente para os albergar; às portas das cidades, formam-se outros aglomerados populacionais – os subúrbios – que depressa se podem comparar com o núcleo originário e exigem a construção de muralhas cada vez maiores. (BENEVOLO, 1995, p. 56 – 57)

Assim, novas muralhas eram erguidas, incluindo as pessoas que se aglomeravam em volta delas e estendendo mais e mais o perímetro urbano, para englobar a maior quantidade de gente possível. Deste modo uma única cidade poderia ter uma ou mais muralhas, estando uma dentro da outra, como no caso da cidade portuguesa Elvas, que as conservou em sua paisagem até os dias atuais e desde 2012 teve suas fortificações declaradas como Patrimônio Mundial da Humanidade pelo Comitê da UNESCO, em Petersburgo, na Rússia.

Benevolo (1995) defende que a existência dessas muralhas medievais, instaladas à margem urbana, fazia da cidade um espaço restrito, fechado e privilegiado. Enquanto Ribeiro escreve em seu artigo que:

as muralhas representaram a força, a proteção e garantiram local de refúgio, [...] que influenciaram diretamente na formação de um sentimento comum entre as pessoas que em seu interior habitavam. Elas possibilitaram uma tomada de consciência urbana, um sentimento de pertencer àquele espaço murado. (RIBEIRO, 2012, p. 7)

Neste contexto, Evangelista (2014) afirma que, enquanto as cidades muradas, na Idade Média, eram constituídas para proteger seu território e suas comunidades, os muros contemporâneos na fronteira entre Estados Unidos e México representam a exacerbação do poder, ao mesmo passo que o muro no Oriente Médio entre Israel e Palestina confere a Israel a tomada ilegal do território vizinho, já que o desenho do muro ultrapassa seu limite territorial nacional, além da recusa eminente de paz, integração e respeito étnico entre esses povos.

Não obstante, a configuração do interior das cidades contemporâneas brasileiras também se vale da inserção de muros, os quais crescem mediante o aumento do medo da violência, responsáveis por “novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p. 9).

Teresa Pires Caldeira (2000, p. 9) afirma que:

Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo. Os discursos sobre o medo que simultaneamente legitimam essa retirada e ajudam a reproduzir o medo encontram diferentes referências. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento. Mas eles também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados.

Ainda segundo a autora, as falas cotidianas, que têm como tema principal o crime, são responsáveis pela proliferação dessa sensação de medo e constroem uma “reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos”. Logo “criminaliza certas categorias sociais” (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Com base nesse discurso de medo vem aumentando “a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Em Presidente Prudente isso não é diferente.

O município, que está localizado no interior do estado de São Paulo – Brasil, a 556km de distância da metrópole paulista, desde 1975 vem incorporando, cada vez mais, ao seu desenho urbano grandes loteamentos fechados que visavam atender a classe média e alta prudentina.

De acordo com a jornalista Jacobs (2000, p. 29) “quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas.”

Contudo, as calçadas e aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie. [...] as cidades grandes estão, por definição, cheias de desconhecidos. Qualquer pessoa sente que os desconhecidos são muito mais presentes nas cidades grandes que os conhecidos – mais presentes não apenas nos locais de concentração popular, mas diante de qualquer casa. Mesmo morando próximas umas das outras, as pessoas são desconhecidas, e não poderiam deixar de ser, devido ao enorme número de pessoas numa área geográfica pequena. O principal atributo de um distrito

urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas. (JACOBS, 2000 p 30)

Jacobs (2000, p. 33) explica que “uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não.” Neste contexto ela atribui três características básicas que devem existir na configuração de uma rua segura:

Primeira, deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. [...] Segunda, devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega. E terceira, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de

pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. (JACOBS, 2000, p. 30)

Com relação ao primeiro aspecto citado por Jacobs (2000), Gordon Cullen (1983) demonstra em sua obra que é possível criar barreira física na separação entre o espaço público e privado, ao mesmo ponto que garante a visibilidade, segundo item apontado anteriormente por Jane Jacobs.

Assim, entre outras alternativas para compor barreiras estão “gradeamento, fosso, arbustos e desnível. Todos eles permitem um acesso visual, mas impedem o acesso físico” (CULLEN, 1983, p 58). Dos quatro exemplos de barreiras, os três últimos são amplamente aplicados em projetos de arquitetura da paisagem.

Paisagem esta cujo conceito pode ser definido como domínio do que é visível, onde o expectador é conduzido, através de elementos diversos, a se sentir dentro de um todo, onde existe riqueza de detalhes e ritmo, em um determinado espaço/tempo. Sendo assim, a paisagem não é formada apenas por volumes, mas também por cores, odores, movimentos e sons (MARX E TABACOW, 2004).

Na visão de Roberto Burle Marx (1994), o jardim é a adequação do meio ecológico às exigências da civilização, e nele o paisagista insere elementos que dão efeitos estéticos, oferecendo ao olhar do telespectador um conjunto harmonioso e atraente na paisagem (LEENHARDT, 2010).

Um exemplo de barreira arbustiva é a cerca viva, que tem inúmeras funções quando destinada em uma paisagem, principalmente nas áreas intermediárias entre os espaços públicos e privados, pois além do valor ornamental, essa cortina vegetal dá proteção a ambientes, limita o livre trânsito de pessoas, animais e veículos, reduz a velocidade dos ventos, bem como o transporte de poeira e demais partículas em suspensão, além de inibir a poluição sonora (GATTO; PAIVA; GONÇALVES, 2002).

De modo geral os estudos dos autores citados pedem reflexão e sugerem necessidade de mudança na sociedade. Mas como coloca Norman Mintz (em entrevista para o book *A cidade ao nível dos olhos*, 2015, p. 85), para que essa mudança seja efetiva, é indispensável “o envolvimento da comunidade. Nem os comerciantes, nem a prefeitura são donos da cidade, as

pessoas a possuem.” E completa dizendo que, através do envolvimento da comunidade as paisagens urbanas continuam a ser modificadas, melhorando e ajustando, sendo esta a “qualidade determinante de um lugar urbano vibrante”, que não venha a possuir simplesmente um lugar fantástico no bairro, ou um bairro bom na cidade, mas onde “a coleção de comunidades interessantes é o objetivo último”, cuja vida em sociedade é prioridade.

Nelson Brissac Peixoto (1996) defende que, uma vez que os muros são elementos utilizados para separação e segurança, ele deve ser compreendido como o detentor do olhar na paisagem urbana, pois está por todos os lados. E o autor vai além ao sugerir “remover o peso” do mesmo, ou seja, transformar o muro todo em paisagem. De modo a transformá-lo em algo agradável e convidativo ao olhar e transitar dos usuários nos diversos espaços públicos.

2.4 A aplicabilidade do muro na contemporaneidade do município

O muro é utilizado em duas circunstâncias: 1. Delimitador de espaço, pois determina as fronteiras entre os terrenos imediatos; 2. Proteção, já que é uma barreira física que impede a presença de seres indesejados a propriedade, bem como assegura certa privacidade.

Neste contexto, é comum que os proprietários solicitem para o projeto residencial a construção de muros, ou ainda, como pode ser constatado nas diversas fachadas das residências padronizadas do bairro Santo Expedito I, as quais foram entregues sem os muros, seus residentes inserem aos poucos elementos de vedação e proteção de maneira personalizada.

FIGURA 15 - Fachadas distintas em residências que foram entregues padronizadas.



Fonte: A autora, 2019.

Assim, percebemos que existe uma variação na paisagem deste conjunto habitacional, ainda que as casas entregues apresentem a mesma tipologia, diferentemente do entorno de loteamentos e/ou residenciais fechados da cidade, como constatamos com

as fotos a seguir que, com exceção das guaritas, toda sua extensão perimetral é repetidamente fortificada por muros com bloco estrutural cimentício, revestido ou não, combinado com elementos como: talude, arbustos, gradis, concertinas e cercas elétricas.

FIGURA 16 - Residencial fechado Monte Azul, utiliza muro em blocos cimentícios encimado de concertina e cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 17 - Residencial fechado Porto Seguro, com talude, alvenaria com acabamento, pintura geométrica, concertina e cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 18 - Residencial fechado Porto Bello Residencial, apresenta muro de bloco estrutural encimado com cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 19 - Residencial fechado Portinari, possui muro com acabamento de pintura amarela encimado de concertina e cerca elétrica, acompanhado de espécies vegetais espaçadas.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 20 - Residencial fechado Mart Ville, apresenta muro com pintura, concertina, cerca elétrica, talude espécies de plantas e coqueiros.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 21 - Condomínio Baluate, tem Fachada com mourão, muro de alvenaria tradicional, chapisco, encimado de tela e cerca elétrica.



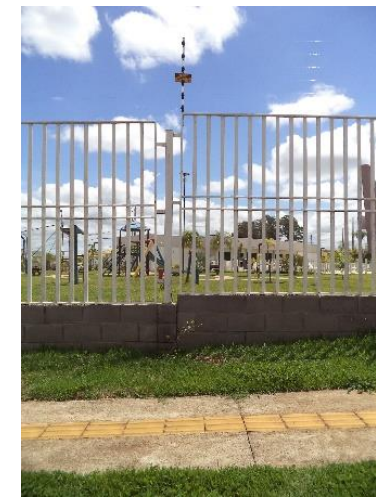
Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 22 - Residencial Bela Vista, com muro com chapisco e arbusto.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 23 - Bosque dos Tamburis, apresenta muro pintado e gradil em áreas de recreação.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 24 - Central Park, possui muro da fachada mais baixos e com detalhes, diferente do muro lateral, com mais de cinco metros de chapisco.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 25 - Damha Beatris, tem muro, gradil, concertina e cerca elétrica, além de arbustos na fachada.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 26 - Damha Belvedere, combina muro, gradil e cerca elétrica.



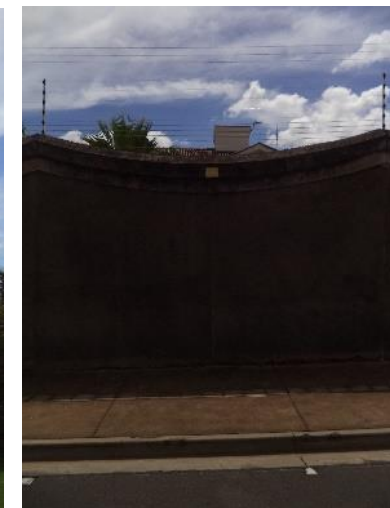
Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 27 - Village Damha, possui muro, gradil e cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 28 - Damha I, utiliza mourão, arbusto e muro, além da cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 29 - Damha II, apresenta uma via com muro dos Damhas I e II, onde destacam-se muros, cercas elétricas, concertinas e arbustos (coroa-de-cristo, cujo nome científico é *Euphorbia milii*).



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 30 - Damha III, tem muro, gradil e cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 31 - Damha IV, está em construção, mas já apresenta muro, gradil e cerca elétrica.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 32 - Eco Palace, residencial mais popular, com muro, gradil, cerca elétrica e concertina.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 33 - Jatobá tem muro, gradil e cerca e concertina.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 34 - Morumbi, possui muro pintado de verde musgo, cerca viva com trepadeira, cerca elétrica, concertina, talude e arborização na fachada.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 35 - Porto Madero, com muro, cerca elétrica, concertina e talude.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 36 - Safira I, II e III, ambos com muro, cerca elétrica e concertina.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 37 - Solares, com muro e cerca elétrica durante longa extensão da paisagem.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 38 - João Paulo II, apresenta muro com chapisco encimado de cerca, cerca elétrica, concertina e rodeado de coroa-de-cristo (*euphorbia milii*).



Fonte: A autora, 2019.

Neste contexto, foi observado um padrão repetitivo nas paisagens compostas no perímetro dos vinte e seis residenciais fechados estudados.

Estando eles consolidados e/ou em processo de finalização, estes são os residenciais fechados mais expressivos do município, tanto pela área que ocupam, como a imponência pelo status social que atingem a população.

Como dito anteriormente, por ser uma tendência, a cada mês inauguram-se novos residenciais fechados, com menor expressividade e por isso não estão incluídos neste trabalho.

Assim, através dessa atividade de campo foi possível localizá-los no mapa e produzir uma tabela, para mensurar suas extensões perimetrais e de área de ocupação em relação a área total urbana do município, como pode ser vislumbrado na página a seguir.

E com a tabela ao lado fica evidente que estes residenciais ocupam grande parcela da área urbana, e acabam restringindo seus acessos, usos e benefícios a

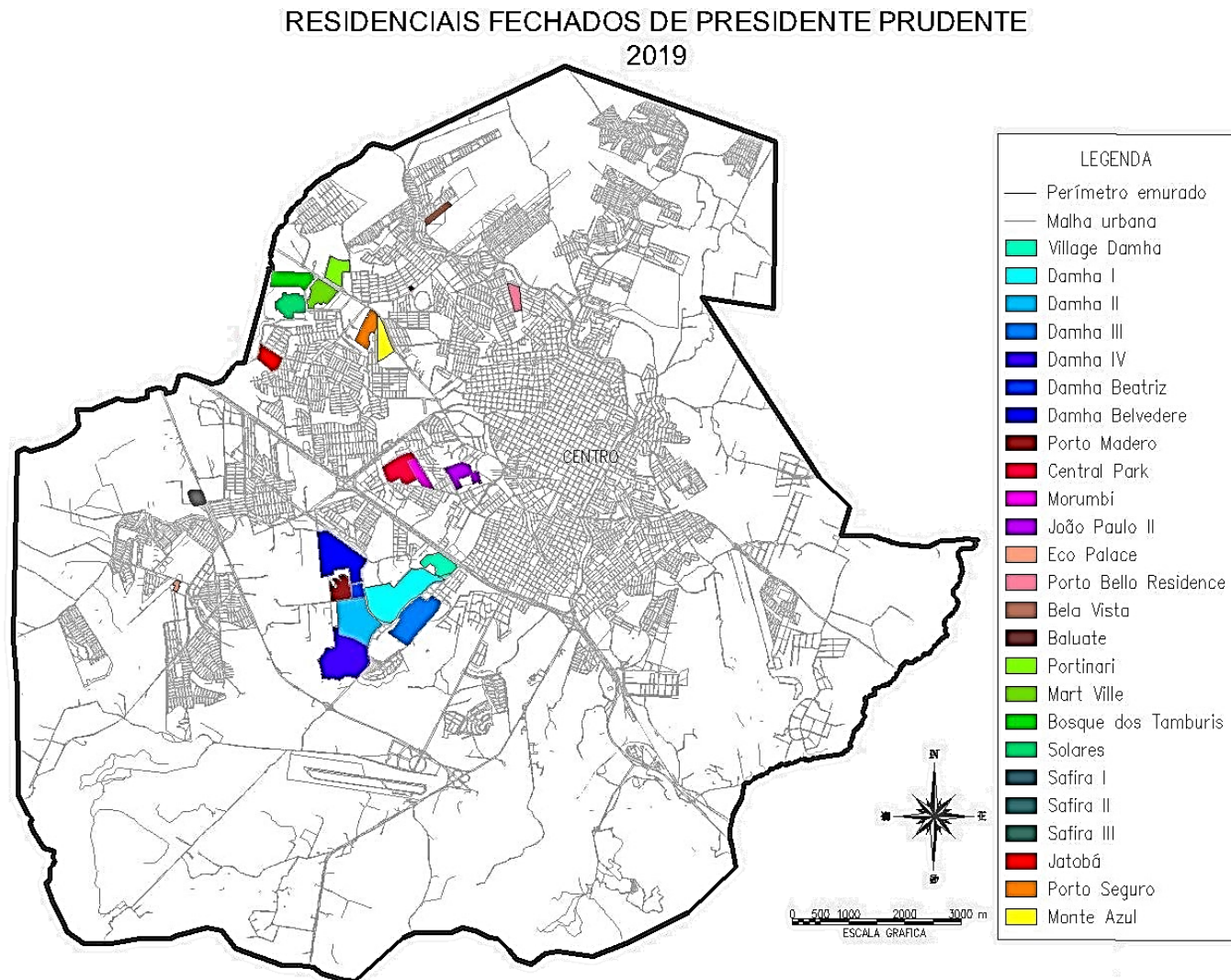
minorias elitistas, que contribui para a privatização dos espaços urbanos.

TABELA 01 - Quantificação da área e perímetro dos residenciais fechados.

<i>RESIDENCIAL FECHADO</i>	ÁREA (m ²)	PERÍMETRO (m)
<i>Village Damha</i>	159 594	1 839
<i>Damha I</i>	619 313	3 808
<i>Damha II</i>	431 825	2 715
<i>Damha III</i>	396 337	2 826
<i>Damha IV</i>	541 752	3 255
<i>Damha Beatriz</i>	53 009	901
<i>Damha Beldevere</i>	480 765	3 355
<i>Porto Madero</i>	135 482	1 891
<i>Central Park</i>	219 737	2 145
<i>Morumbi</i>	89 686	1 512
<i>João Paulo II</i>	156 289	2 209
<i>Eco Palace</i>	18 971	618
<i>Porto Bello Residence</i>	76 948	1 259
<i>Bela Vista</i>	54 757	1 321
<i>Baluate</i>	5 311	285
<i>Portinari</i>	141 612	1 651
<i>Mart Ville</i>	163 406	1 807
<i>Bosque dos Tamburis</i>	185 991	1 979
<i>Solares</i>	174 940	1 860
<i>Safira I</i>	7 144	363
<i>Safira II</i>	8 154	407
<i>Safira III</i>	8 514	417
<i>Jatobá</i>	114 921	1 368
<i>Porto Seguro</i>	138 286	1 839
<i>Monte Azul</i>	135 832	1 942
TOTAL	4 518 576	43 572

Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 39 - Localização dos residenciais fechados no município.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

2.5 As legislações

De acordo com Sobarzo Miño (2004), o papel do poder público na produção do espaço urbano é essencial. No caso de Prudente, embora no ano de 75 houvesse uma lei que:

proibia o fechamento dos loteamentos residenciais. O executivo municipal não somente se omitiu no cumprimento da legislação, mas também contribuiu para a solução oportuna do problema da ilegalidade, sancionando, em 1981, a Lei Municipal 2.187, que, entre outros pontos, transformou as áreas públicas do loteamento em objetos de concessão de uso especial para os moradores. Na realidade, com essa medida, os espaços públicos perderam sua condição e foram privatizados em favor dos moradores dos loteamentos.

[...] Em 1996, a Lei Complementar 32, que formava parte do Plano Diretor e que trata da subdivisão do solo urbano, incorporou a figura dos loteamentos fechados, sendo revogada em 1997 a Lei Municipal 2.187. Essa revogação é um fato confuso, já que com ela desapareceu a figura da “concessão de uso especial” – figura em si questionável porque a referida concessão envolve bens de uso comum do povo, sobre os quais ninguém tem direito ao uso exclusivo ou a privilégios na utilização. Na prática, isso significa que atualmente ficou mais fácil o fechamento de

um loteamento, sendo somente necessário cumprir as disposições da lei de zoneamento, dispor no máximo de dois acessos, não interferir no prolongamento das vias principais, possuir uma guarita de no mínimo 100 m² e respeitar os índices que se referem ao dimensionamento das ruas internas. A Lei Complementar 127, aprovada em 2003, que revogou a Lei Complementar 32/1996, manteve as mesmas exigências para os loteamentos fechados. (SOBARZO MIÑO, 2004 p 102)

Contemporaneamente a Lei Complementar nº 154/2008, que dispõe sobre a lei de parcelamento do solo para fins urbanos de Presidente Prudente, descreve loteamento, como:

o parcelamento do solo pela subdivisão de uma gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

De modo que, somente são permitidos:

LOTEAMENTOS para fins URBANOS, na ÁREA URBANIZADA e URBANIZÁVEL, isto é, quando ocuparem terrenos que se localizem dentro do Perímetro Urbano e,

obrigatoriamente, com no mínimo uma ligação com a malha do sistema viário existente, pavimentado. (Lei Complementar nº 154/2008, capítulo II, seção I)

Assim, como consta no artigo 12 desta mesma lei, os loteamentos devem atender os seguintes requisitos:

I - as áreas públicas serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba;
 II - as áreas públicas, depois de descontadas as áreas de preservação, não serão inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba total;
 III - as áreas públicas compor-se-ão, no mínimo de:

a) áreas institucionais: 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da área loteável, a critério do órgão responsável pelo Planejamento do município, sendo isolada pelo Sistema Viário;
 b) áreas de lazer: 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) da área loteável;
 c) sistema viário ou arruamento; mínimo 20% (vinte por cento) da área loteável;
 d) áreas de preservação, quando for o caso;
 e) áreas "NON AEDIFICANDI", quando for o caso.

IV - ao longo das áreas de preservação de fundo de vales, junto às águas correntes, faixas das linhas de transmissão, faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e viadutos, será obrigatória a execução de uma via marginal, conforme estabelecido na Lei do Sistema Viário Básico;

V - o arruamento deverá articular-se com as vias adjacentes, existentes ou projetadas e

harmonizar-se com a topografia local, atendendo a Lei do Sistema Viário Básico, nas suas dimensões mínimas;

VI - serão dotados de, no mínimo, as seguintes obras de infra-estrutura:

a) arborização de vias;
 b) pavimentação de vias, guias e sarjetas;
 c) rede de abastecimento de água e rede para hidrantes externos para combate a incêndio;
 d) rede de coleta de esgoto;
 e) rede de energia elétrica e iluminação pública;
 f) rede de drenagem de água pluvial.
 g) placas de denominação das ruas e avenidas ou similares;
 h) sistema de sinalização de trânsito;
 i) rede de sistema de telefonia fixa;
 j) via pavimentada dando acesso, à área urbanizável ou urbanizada.

Parágrafo único. A implantação e execução das obras de infra-estrutura, que se refere o inciso VI, deste artigo, são de responsabilidade do proprietário do loteamento, bem como a apresentação dos projetos e orçamentos das respectivas obras, que deverão ser assinados pelo proprietário do loteamento e o responsável técnico pelos projetos e execução das obras, juntamente com as respectivas ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica). (Lei nº 154/2008 capítulo II seção I)

O que distingue no caso dos loteamentos fechados (Lei Complementar nº 154/2008, cap. II, seção II, artigo 14, inciso 3º) é que o interessado deve:

apresentar Termo de Compromisso, definindo, quando da solicitação de Diretrizes, como irá utilizar as áreas institucionais, se em gleba contígua ou não ao loteamento, ou se em obras, conforme definido no artigo 50, desta Lei.

Sendo assim, o artigo 50 admite loteamentos fechados na malha urbana do município de Presidente Prudente, desde que atenda aos requisitos a seguir:

- I - criação de Associação de Moradores.
- II - a gleba deverá ter no máximo 363.000,00 metros quadrados de área.
- III - atenda aos procedimentos administrativos prescritos nesta Lei nos capítulos I, II, IV e VI, no que couber.
- IV - área institucional de 5% no mínimo, da gleba loteada, fora do muro de fechamento, não sendo necessário que a escolha recaia em área contígua ao empreendimento, desde que haja equivalência de valores e interesse público, utilizando os mesmos parâmetros exigidos no item V deste artigo.
- V - mais 2% de área institucional, do total da gleba loteada, a ser adquirido pelo empreendedor em outro local, respeitando a equivalência de valores da avaliação da mesma. A área em questão será determinada e avaliada por uma comissão formada pelos órgãos de Planejamento, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Obras da Administração Municipal, não poderão ter suas destinações alteradas, alienadas ou concedidas, sob pena

de reversão ao empreendedor. Esta área deverá estar localizada em bairros onde não possuam:

- a) Praça ou área de lazer;
- b) Creche ou Escola de Ensino Fundamental;
- c) Centro Médico, Clínica ou Pronto Socorro da saúde pública municipal;
- d) Obra de urbanização.

VI - não interferirem no prolongamento das vias públicas classificadas na Lei do Sistema Viário Básico como sendo perimetrais, estruturais e coletoras;

VII - implantar o sistema viário externo que contorna a totalidade do muro de fechamento;

VIII - obedecer aos parâmetros dos índices urbanísticos definidos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano;

IX - possua no máximo dois acessos de entrada ou saída com controle de fluxo de usuários através de guarita com área mínima de 100m² (Cem metros quadrados), incluídos os acessos;

X - as características, funções e dimensionamento do sistema viário interno ao loteamento fechado obedecerão às normas fixadas pela Lei do Sistema Viário Básico, excetuando-se a seção da via carroçável mínima, conforme tabela [...]

§ 1º As áreas de uso comum, áreas de recreação ou lazer e sistema viário, previsto no Projeto de Urbanismo e no Estatuto da Associação de Moradores e aprovados pelo Poder Público Municipal, não poderão ter suas destinações alteradas.

§ 2º As áreas públicas internas ao loteamento, incorporadas ao Domínio Público, são por força desta lei, objeto de Concessão de Uso Especial à Associação de Moradores deste loteamento, ficando a cargo

da mesma a manutenção da pavimentação asfáltica, arborização e iluminação pública.

§ 3º A área a ser exigida nos incisos IV e V deste artigo poderão ser transformada em valores financeiros, mantendo-se sempre os valores de equivalência da avaliação da mesma, e interesse público entre os bens envolvidos na operação, para recuperação, ampliação, revitalização e implantação de prédios do Patrimônio Público, como Creches, Escolas e Postos de Saúde e equipamentos municipais. (Lei nº 154/2008 cap. V, artigo 50)

Assim, como elucida Ermínia Maricato (2008), abre-se brechas nas leis para beneficiar pessoas de certo poder e influência (municipal, estadual e federal), em detrimento do bem comum, seja a massa popular ou o meio ambiente, como no caso dos loteamentos fechados que são instalados em Área de Preservação Permanente - APP (determinada pela lei 12.651/2012).

Portanto, as leis municipais contradizem o que está previsto na Constituição Federal de 1988 e O Estatuto das Cidades de 2001, através das inúmeras fraudes, desde a grilagem no passado, entre muitos outros conflitos decorrentes da luta pela terra, ao mesmo ponto em que apresentam soberania de poder, já que as terras estão sobre a supervisão da administração municipal.

Então, podemos compreender que, assim como demais municípios que permitem o desenvolvimento dos loteamentos fechados, Presidente Prudente abriu margem para que esse tipo de empreendimento imobiliário mudasse:

o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem [além dos loteamentos fechados] conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que tem sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços

autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis. Em conseqüência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (CALDEIRA, 2000, p. 258-259)

Mas, como Francisco Pedro Jucá (2011) escreve em seu artigo, faz-se necessário que os empreendedores imobiliários respeitem e façam jus a responsabilidade social do terreno. Pelas próprias palavras

do autor, a responsabilidade social é “decorrência da função social atribuída a propriedade” (JUCÁ 2011, p.30). Logo, a propriedade não deve servir exclusivamente para os clientes, mas também atender a comunidade. Isso devido as transformações sociais, que buscam por meios legais ressaltar o interesse coletivo.

Nesta evolução do crescimento da intervenção normativa nas atividades especialmente econômicas, seu eixo antes egoísta e restrito ganha novo contorno, fazendo surgir condicionamento legitimador à propriedade privada [...] através da atribuição de função social da propriedade, na qual se destaca a existência de responsabilidade social [...] com um universo de deveres para com a sociedade. (JUCÁ, 2011, p. 42)

Assim, como aponta Godoy, o princípio da solidariedade se mostra “guardião de um novo momento nas relações sociais, menos privatistas e mais constitucionalmente coletiva” (GODOY, 2017, p. 42).

Nessa perspectiva, a justiça passa a se preocupar e primar com o bem-estar da coletividade, de maneira a exigir de qualquer pessoa jurídica, em destaque aqui os agentes urbanos voltados a construção civil, que

atuem com responsabilidade social, solidariedade, sustentabilidade, bem como garantam a função social de suas terras e/ou imóveis.

Um instrumento regido por lei que vem sendo aplicado no contexto urbano é o Termo de Ajuste de Conduta - TAC, utilizado pela administração pública com a finalidade de promover adequações e/ou compensações a partir de uma conduta avaliada legalmente como irregular ou contrária ao interesse público.

Esse instrumento jurídico, segundo Leonel Costa (2014), teve sua criação no art.211 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (Lei n. 8.069/90), posteriormente no art. 113 do Código de Defesa do Consumidor - CDC - (Lei n. 8.078/90), até ser acrescentado no § 6º art. 5º da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) a qual faz interesse esse TC, pois o TAC pode ser usado “como meio legítimo de forma de solução prévia de conflitos nos casos de risco e danos a valores e direitos” (COSTA, 2014), com o intuito de permitir ao causador do dano adequar sua conduta às exigências da lei, ou ainda compensá-las.

3 REFERÊNCIAS PROJETAIS

3.1 Paisagismo: uma alternativa

Partindo do pressuposto que a paisagem urbana está intrínseca a qualidade de vida de seus habitantes o paisagismo urbano surge como alternativa para desenvolver espaços abertos, de circulação, recreação, amenização e integração social, trazendo funcionalidade e minimizando impactos decorrentes de poluição sonora, visual e atmosférica, além de conectar pessoas e natureza.

Assim arquitetar a paisagem torna-se mais do que meramente estética, é permitir sensações, sensibilidade, conhecimento e prazer em momentos cotidianos.

3.2 Referências Projetuais

Entre as referências projetuais destacam-se trabalhos de arquitetos e paisagistas como Burle Marx, Haruyoshi Ono e Alex Hanazaki, entre outros, com projetos nacionais e internacionais.

Os projetos apresentados a seguir são importantes expressões da arquitetura da paisagem urbana e preocupam-se com a qualidade do ambiente visual em sua estética, tanto quanto com o bem-estar e conforto dos usuários.

A primeira referência é o mosaico abstrato de Burle Marx e Ono, que traz personalidade ao edifício e ganha destaque na paisagem urbana, ainda que sua materialidade seja comum entre outras tantas edificações de concreto.

Pode-se dizer que suas formas atraem o olhar do transeunte como um jogo de enigma e torna o trajeto mais divertido.

Fachada da Fiesp e do Ciesp

Localização: Alameda Santos, paralela a Av. Paulista – altura do nº 1336 – SP/ Brasil

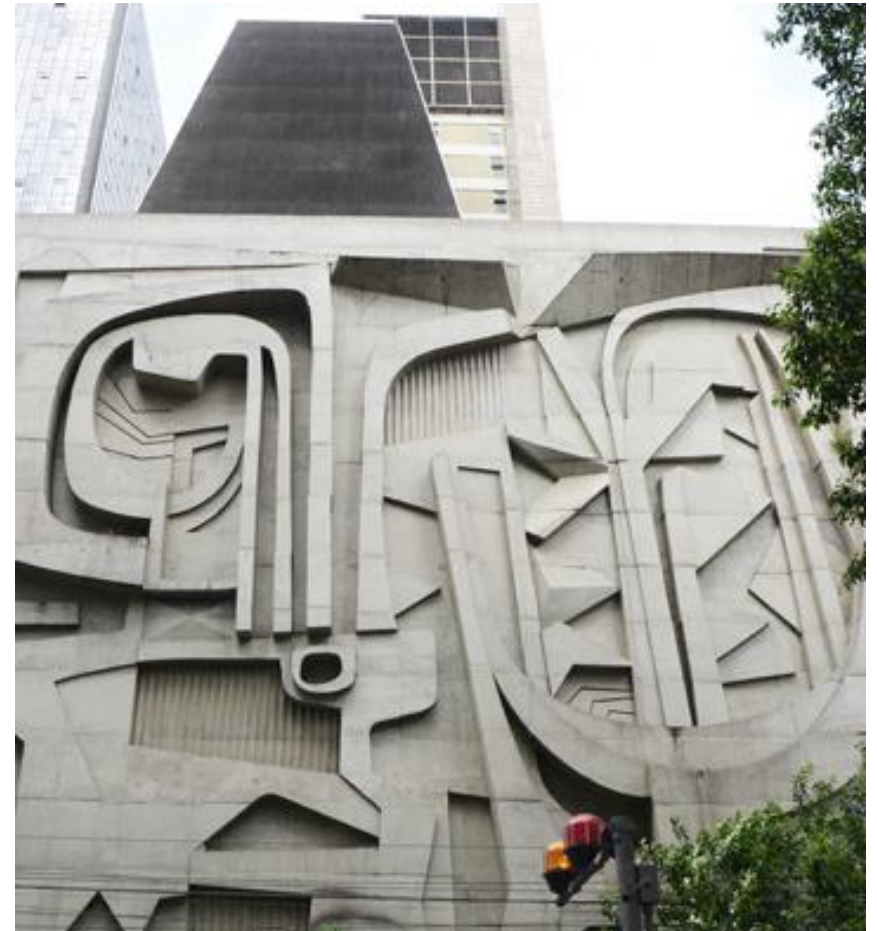
Autoria: Arquiteto paisagista Roberto Burle Marx

Coautoria: Haruyoshi Ono

Área: 515,68m²

Ano: 1979

FIGURA 40 - Paineis em concreto aparente assinados por Burle Marx e Haryuoshi Ono.



Fonte: <https://www.fiesp.com.br/noticias/arquitetura-obra-de-burle-marx-valoriza-fachada-da-fiesp-e-do-ciesp-na-alameda-santos/>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

A segunda referência é do muro verde da Av. 23 de Maio, também em São Paulo.

Embora esse muro verde venha carregado de conflitos ideológicos, pois outrora possuía grafites que foram cobertos pelo cinza de uma nova administração municipal e na sequência recebe as espécies de plantas como forma de ressarcimento por multa ambiental de uma determinada empresa da construção civil, cuja ação foi altamente criticada já que as plantas não são compatíveis ao plantio de árvores e por isso a metragem deveria ser indiscutivelmente maior do que a implantada, ele chama

atenção e proporciona sensações e sentidos aos usuários, através de suas cores, texturas e microclima, bem como cria uma quebra na paisagem maciça de concreto.

Ressaltando que, assim como o muro verde, o grafite também tinha a sua importância naquela paisagem e representou parte da história da cidade que foi apagada.

Jardim Vertical

Localização: Av. 23 de Maio, Zona Sul - SP/ Brasil

Autoria: Paisagista Guil Blanche

Área: 11 000 m²

Ano: 2017

FIGURA 41 - Corredor com jardim vertical.



Fonte: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/03/26/corredores-verdes-devem-se-espalhar-pela-cidade-de-sao-paulo.html>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

Outra referência são os mosaicos do calçadão de Copacabana. Eles trazem graça a paisagem tanto para o pedestre quanto numa visão vertical em escala maior. Sugere novos caminhos a cada quadra, pela variação do desenho, além da supervalorização estética.

Calçadão de Copacabana

Localização: Av. Atlântica, Copacabana – RJ/ Brasil

Autoria: Arquiteto Paisagista Roberto Burle Marx

Coautoria: Haruyoshi Ono e José Tabacow

Área: 4,6 km

Ano: 1970

FIGURA 42 - Calçadão de Copacabana com mosaicos em pedra portuguesa.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/06.065/4431>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

Também como referência, os projetos de jardins do Paisagista Daniel Nunes, com espécies nativas e ornamentais de cores, texturas e tamanhos distintos, acompanhadas de caminhos, espelhos d'água e mobiliários externos.

Ainda que esses projetos sejam residenciais eles contribuem para transformar o projeto de intervenção urbana mais compatível aos seus usuários, pois respeita a escala humana e proporciona espaços de estar e conviver.

Projeto AT

Localização: Caraguatatuba – SP/ Brasil

Autoria: Paisagista Daniel Nunes

Ano: 2015

FIGURA 43 - Jardim com banco de madeira e desenhos geométricos entre texturas.



Fonte: <http://www.danielnunes.com.br/projetos/projeto-at>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

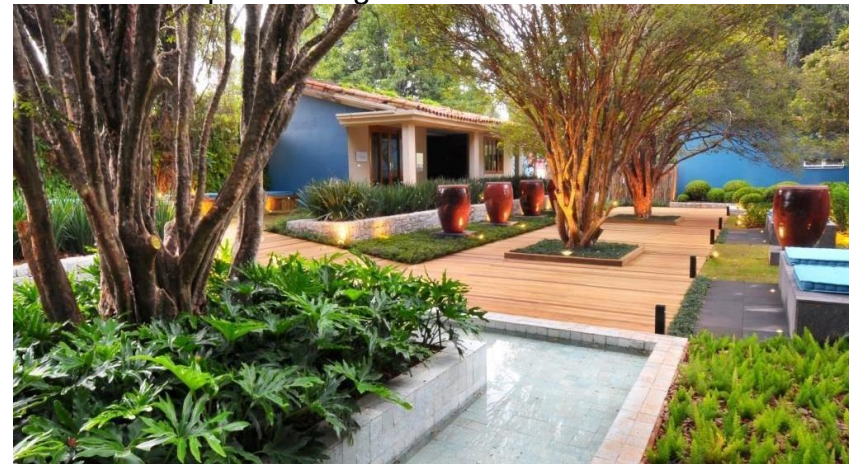
Decor

Localização: Campinas – SP/ Brasil

Autoria: Paisagista Daniel Nunes

Ano: 2010

FIGURA 44 - Caminhos com delimitações por barreiras arbóreas e espelhos d'água.



Fonte: <https://www.vivadecora.com.br/projeto/5152/campinas-decor-2010>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

Já os trabalhos de Hanazaki são verdadeiros locais de contemplação. São referências pelo projeto luminotécnico que destaca as espécies arbóreas e contornam os caminhos, criando cenários distintos entre os períodos diurno e noturno.

Mostra Black

Localização: São Paulo – SP/ Brasil

Autoria: Paisagista Alex Hanazaki

Área: 800 m²

Ano: 2012

FIGURA 45 - LED contornando o caminho e ressaltando os troncos e copas das árvores.



Fonte: <https://www.hanazaki.com.br/>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

Além do mais, o arquiteto paisagista prudentino lida muito bem com desníveis topográficos no sentido de desenvolver patamares, como no parque em Berlim, ele utiliza a terra como elemento escultural, e assim propiciar aos usuários perspectivas dessemelhantes, ao subir e descer durante o percurso.

IGA Berlim

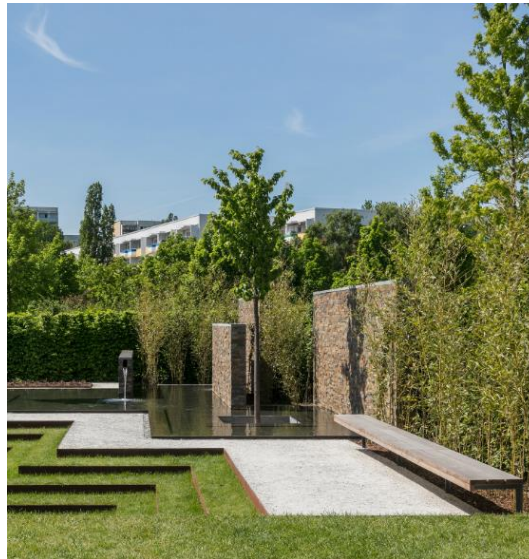
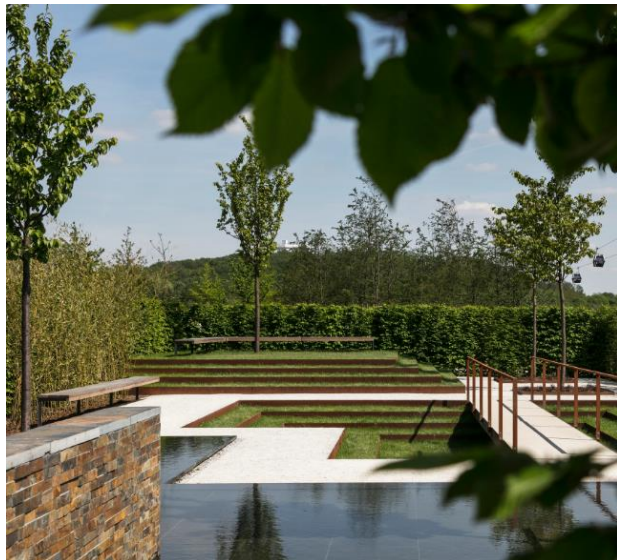
Localização: Blumberger Damm 40, 12685 Berlim/ Alemanha

Autoria: Paisagista Alex Hanazaki

Área: 384m²

Ano: 2017

FIGURA 46 - Jardim organizado em diferentes níveis.



Fonte: <https://www.hanazaki.com.br/>. (Acesso em: 15 de abril de 2019).

3.3 Diretrizes

Problema	O que fazer?	Como fazer?
Pouca iluminação durante a noite	Aumentar iluminação	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver luminotécnico com foco em iluminação de segurança, serviço e estética.
Monotonia	Criar elementos surpresas na paisagem	<ul style="list-style-type: none"> • Inserir novos caminhos; • Utilizar espécies de plantas e árvores com variação de espécies; • Criar painéis; • Trabalhar com cores e texturas distintas.
Pouca sombra no período da manhã	Sombrear	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a quantidade de árvores com copas frondosas.
Escala	Usar elementos mais próximos a escala humana	<ul style="list-style-type: none"> • Criar desníveis no local dos taludes para que as pessoas possam ascender; • Desenvolver espaço para as pessoas utilizarem, seja por lazer ou espera.
Inutilização de mais de 80% da área	Fazer com que a população utilize esse espaço	<ul style="list-style-type: none"> • Projetar espaços aprazíveis para estar e contemplar, além da prática de caminhadas e passeios, bem como encontros e até comércios esporádicos.

4 ANÁLISE

4.1 A perspectiva do pesquisador sobre uma via murada: Método Gordon Cullen

De acordo com Gordon Cullen a

cidade é algo mais do que o somatório de seus habitantes: é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de felicidades que leva a maioria das pessoas a preferirem – independente de outras razões – viverem em comunidade a viverem isoladas. (CULLEN, 1983, p. 9)

O desenvolvimento da cidade tem por objetivo reunir os elementos que “concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo esses elementos de maneira a despertar emoção ou interesse” CULLEN, 1983, p. 10) de seus usuários.

Assim, o impacto visual da cidade sobre os habitantes e visitantes sugere uma reação a partir da composição do conjunto de elementos. De modo que, para Gordon Cullen (1983, p. 10), caso a “cidade se apresenta

monótona, incaracterística ou amorfa, ela não cumpre a sua função”.

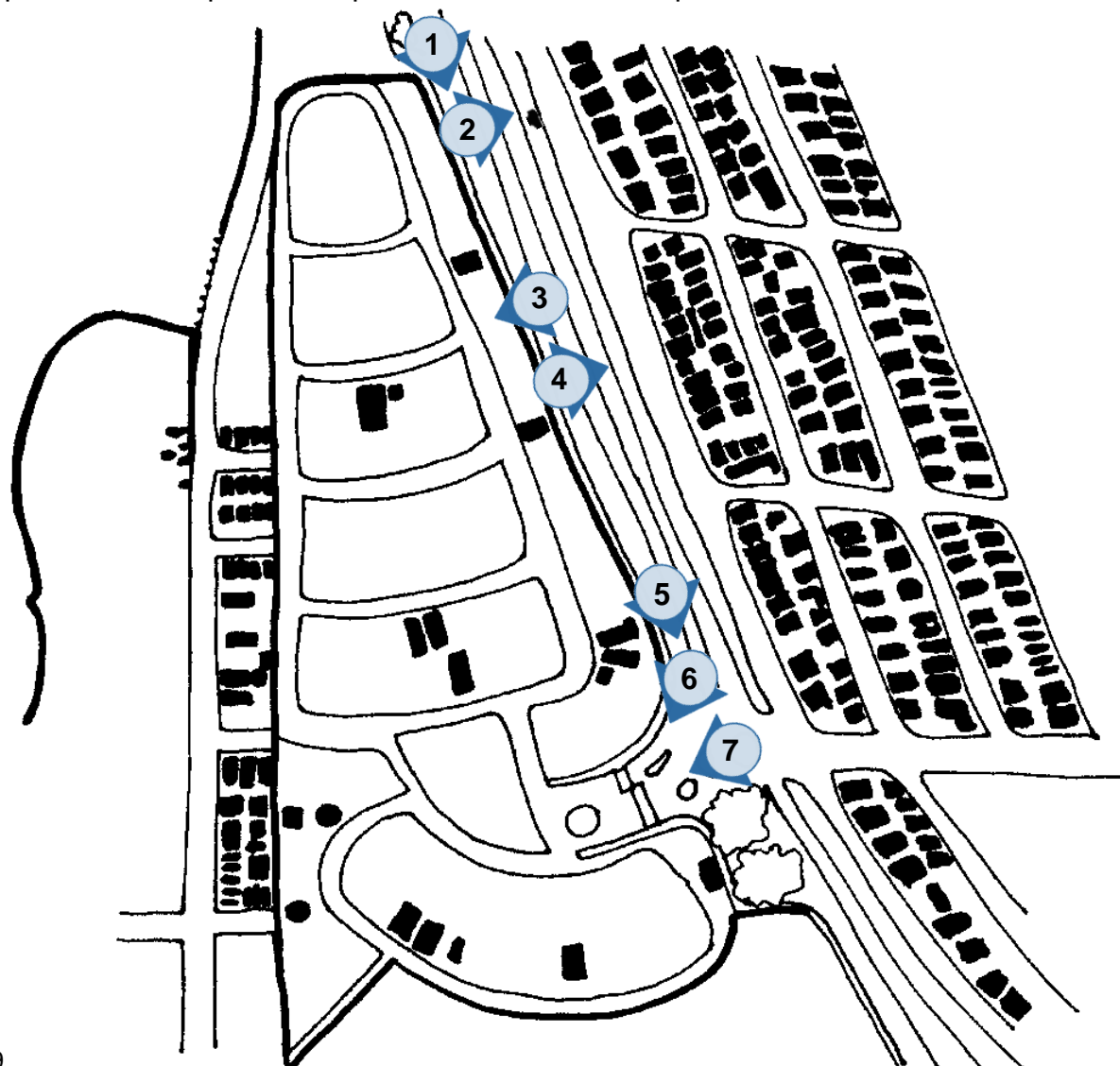
Neste sentido, avaliaremos a partir da visão o que nos rodeia, pois esta, segundo Cullen (1983, p. 10) “tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências”, as quais suscitam reações emocionais aos aspectos de ótica, local e conteúdo analisados.

Neste contexto, ao transitar por um percurso na cidade “a um passo uniforme, a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas” (CULLEN, 1983, p. 11) que o autor entende como visão serial.

Se valendo da visão serial, adotou-se a rua de acesso ao residencial fechado Monte Azul, paralela à Av. Salim Farah Maluf como objeto de estudo.

Na planta ao lado, cada seta representa um ponto de vista da pesquisadora no local de análise e os grifos a seguir indicam os aspectos da paisagem reconhecidos no livro de Gordon Cullen.

FIGURA 47 - Croqui do caminho percorrido para visão serial na rua paralela a Av. Salim Farah Maluf.



Fonte: A autora, 2019.

1. Essa via se prolonga a frente em linha reta, e por isso tem impacto pequeno, pois o panorama inicial é rapidamente assimilado, ou seja, monótono, com materialidade de bloco estrutural aparente, sem revestimento, encimado de concertina e cerca elétrica, como pormenores.

FIGURA 48 - Foto tirada na rua (mão única) paralela à Av. Salim Farah Maluf, sentido Prudenshopping, com muro do residencial Monte Azul à direita.



Fonte: A autora, 2019.

2. Verifica-se iniciativa local e publicidade, pois do outro lado da avenida existem estabelecimentos comerciais.

FIGURA 49 - Foto do comércio do lado esquerdo, em frete ao residencial fechado Monte Azul.



Fonte: A autora, 2019.

3. Ao observar a sequência de muros, com o sentido de localização facilmente identifica-se estar do lado de fora, pois há delimitação de espaço, através de barreiras físicas: talude, muro, cerca elétrica, concertina, gradil, catraca, bem como o desnível, posicionando o pedestre abaixo do nível do terreno, dando-lhes a sensação de inferioridade. Isso porque o fato de subir implica em ascender ao desconhecido. Sendo este desnível claramente aplicado de

maneira funcional para determinar o local permitido para tráfego dos usuários da via pública, acompanhado da escala, já que os muros se encontram acima do nível das espécies arbóreas, deixando claro o limite entre público e privado.

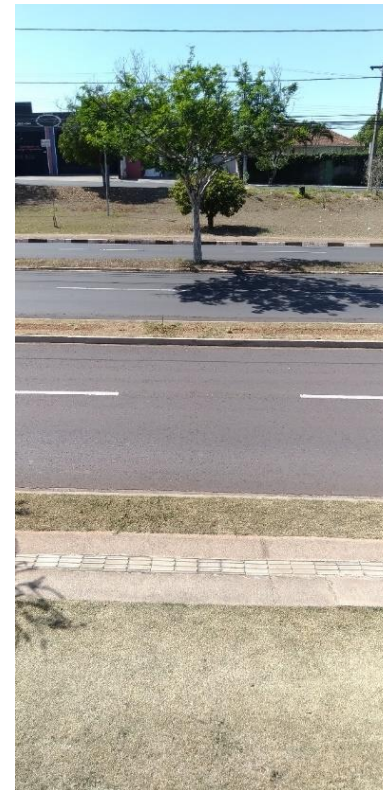
FIGURA 50 - Foto a partir da perspectiva do transeunte.



Fonte: A autora, 2019.

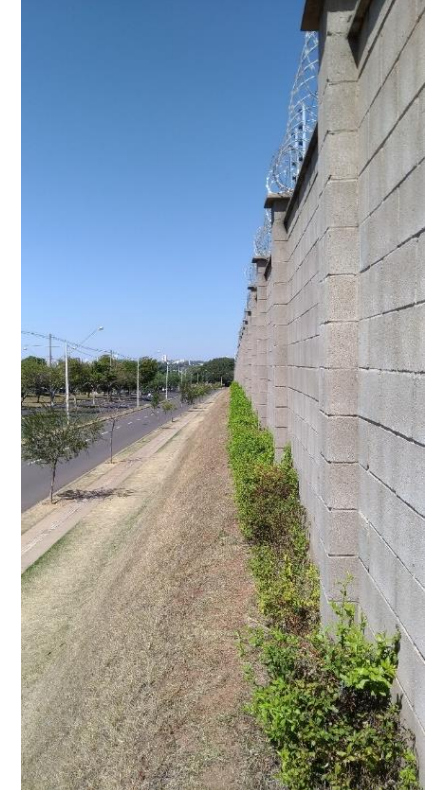
4. Do ponto de vista mais alto do talude, agora voltado para a via, uma sensação de superioridade, por estar no nível mais alto, porém não é acessível.

FIGURA 51 - No talude.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 52 – Visão superior.



Fonte: A autora, 2019.

5. Tem como ponto focal as duas espécies de fícus que localizam no final do percurso, e/ou guarita do residencial, por serem símbolos verticais que se destacam na paisagem.

FIGURA 53 - Foto das duas Figueiras que ficam em frente ao acesso do residencial Monte Azul



Fonte: A autora, 2019.

6. Ligações e conexões, por meio de via asfaltada, faixa de pedestres e caminho para peões, feita de concreto e com piso tátil.

FIGURA 54 - Foto das diversas vias de acesso, para veículos e pedestres.



Fonte: A autora, 2019.

7. Identifica-se como recinto, devido o fluxo de pedestres e automóveis que vão em vem, com vista para o interior e continuidade espacial, para além da guarita, que sugere a presença de uma cidade secreta, já que há disparidade entre o lado de fora e de dentro do muro. E constata-se privilégio pois o pôr do sol só pode ser desfrutado pelos que estão do lado de dentro do muro.

FIGURA 55 - Foto da fachada do residencial Monte Azul.



Fonte: A autora, 2019.

4.2 Identificação e mapeamento do local

O local de estudo adotado pertence ao perímetro do loteamento fechado Monte Azul, localizado na área oeste de Presidente Prudente – SP/ Brasil.

Como mencionado na introdução, para o desenvolvimento deste loteamento fechado, segundo a Folha Uol (2014), um bosque com cerca de 30 espécies arbóreas do tipo *ficus benjamina* foi desmatado no mesmo ano de publicação.

Essas espécies compunham uma paisagem local que era frequentemente visitada pelos munícipes, que utilizavam como espaço de contemplação e cenário fotográfico.

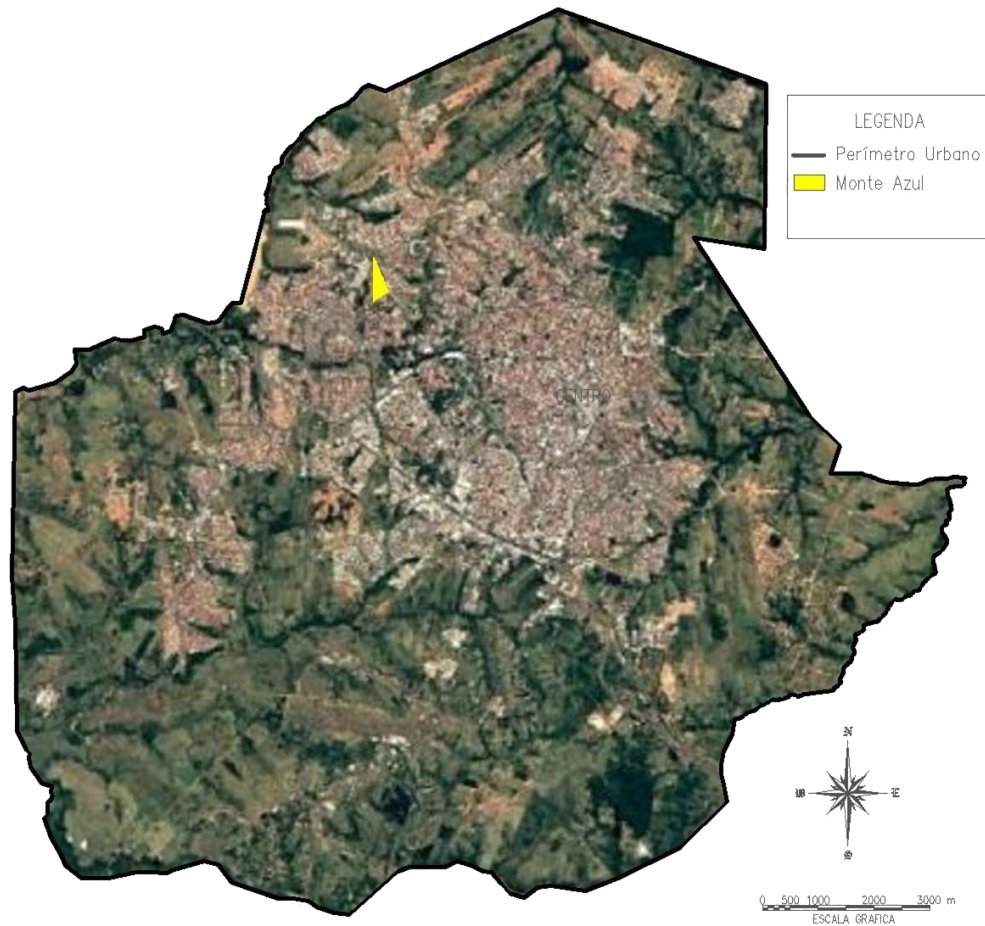
FIGURA 56 - Fotografia do bosque, premiada pelo “National Geographic Brasil” 2013 e sua localização na área do loteamento Monte Azul, na mesma época.



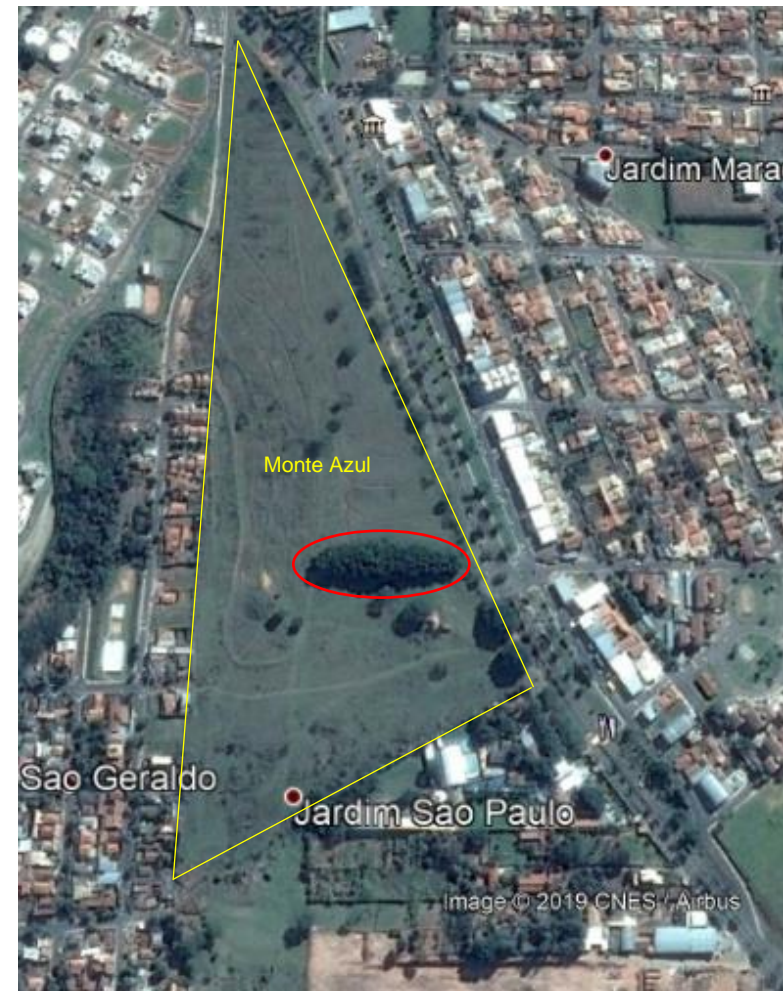
Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1487111-bosque-com-paisagem-que-ganhou-premio-de-fotografia-vira-condominio.shtml> (Acesso em: 18 de março de 2019).

FIGURA 57 - Localização do objeto de estudo.

ÁREA DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

FIGURA 58 - Localização das árvores no loteamento.

Fonte: Google Earth linha do tempo/ Adaptado pela autora 2019.

FIGURA 59 - Local de intervenção.

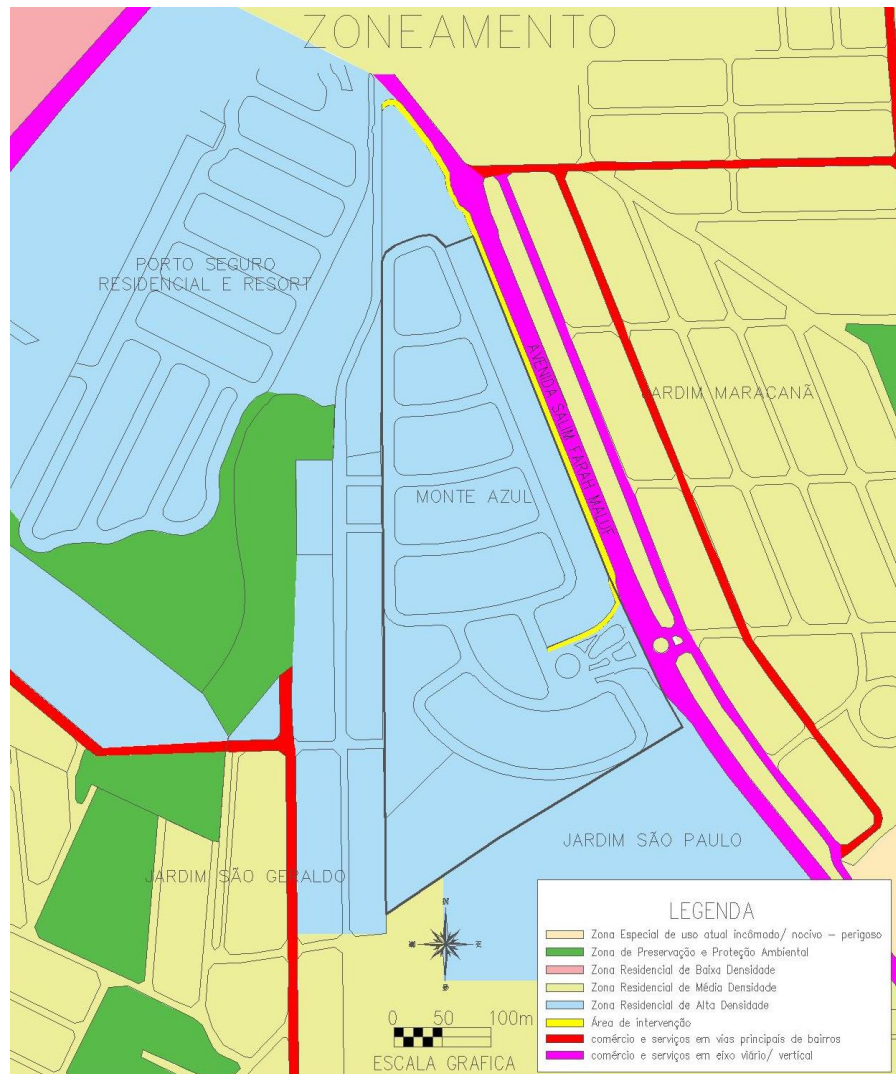
Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

Atualmente o residencial possui um muro que se estende por todo o seu perímetro, compreendido em 1942m lineares, de modo que se pretende adotar apenas 573,20m do entorno que está localizado paralelo a Av. Salim Farah Maluf, cuja área entre sarjeta e muro (composta por calçada, arbustos, árvores, sinalização e talude) apresentam 3884,25m² a ser realizada a intervenção paisagística.

O Zoneamento do local indica a presença de residenciais de alta e média densidade no entorno, bem como comércio e prestação de serviço na Av. Salim Farah Maluf e R. Zeferino Daniel Caseiro, além de zonas de preservação e proteção.

Além das casas no interior do residencial fechado, também há habitações e grande fluxo de veículos e pedestres ao seu entorno, devido a quantidade de bairros residenciais e subcentros comerciais nas proximidades. E embora haja áreas verdes voltadas a preservação, contemplação e lazer, a minoria que está destinada ao uso público, enquanto as demais são de acesso restrito, seja por periculosidade ou privatização do espaço.

FIGURA 60 – Zoneamento do entorno.



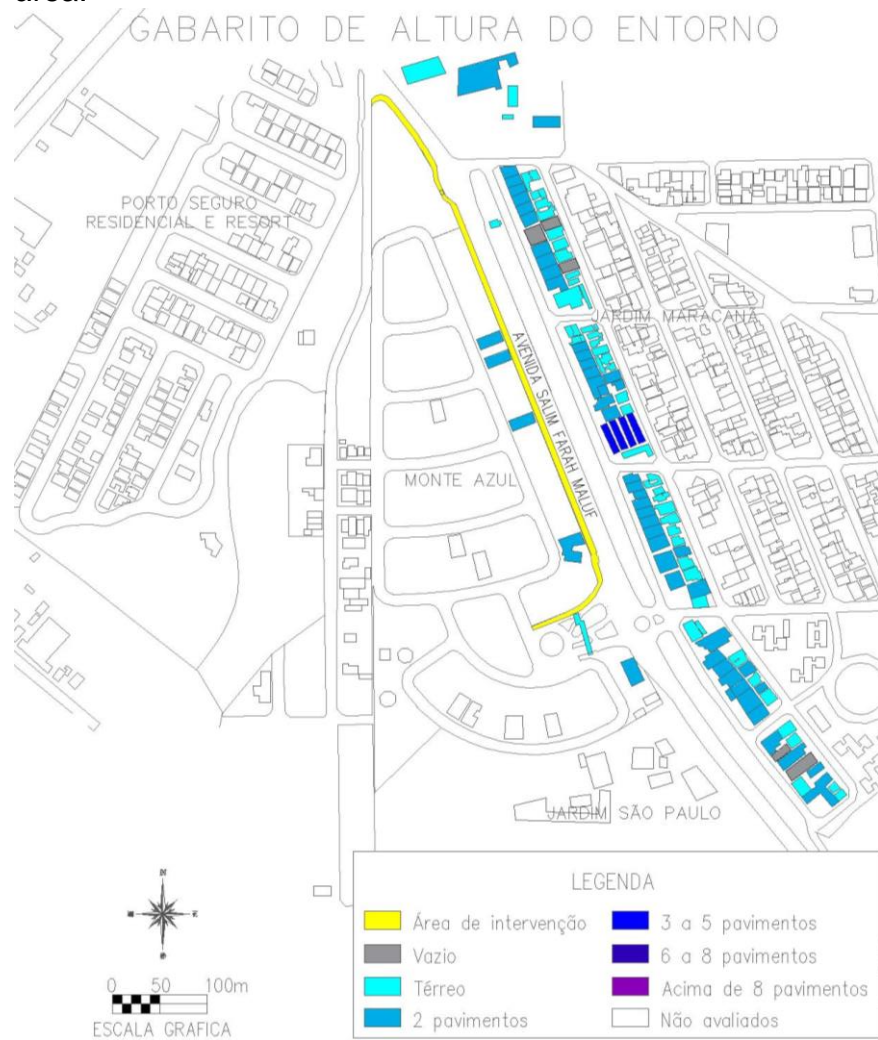
Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

FIGURA 61 – Uso e ocupação do entorno.



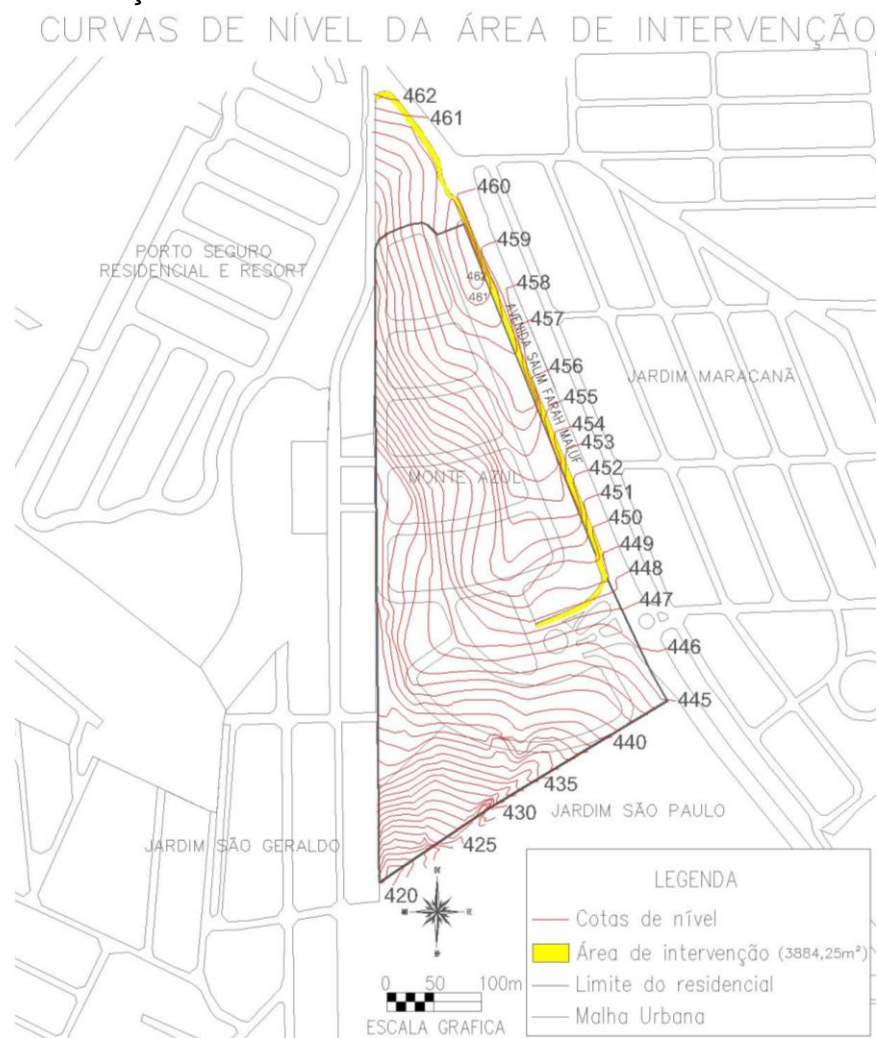
Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

FIGURA 62 – Gabarito de altura dos edifícios a frente da área.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

FIGURA 63 – Curvas de nível existentes na área de intervenção.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

As edificações próximas variam de térreo até cinco pavimentos, com predominância de construções com 2 pavimentos na R. Zeferino Daniel Caseiro, paralela a Av. Salim Farah Maluf.

A topografia do local indica aclive ao longo de todo o comprimento da área de intervenção, com variação de 14 m. Contudo, devido a extensão de mais de 500m lineares, essa aclividade apresenta-se quase que despercebido aqueles que transitam no local com veículos, sentido estrada para Alvares Machado.

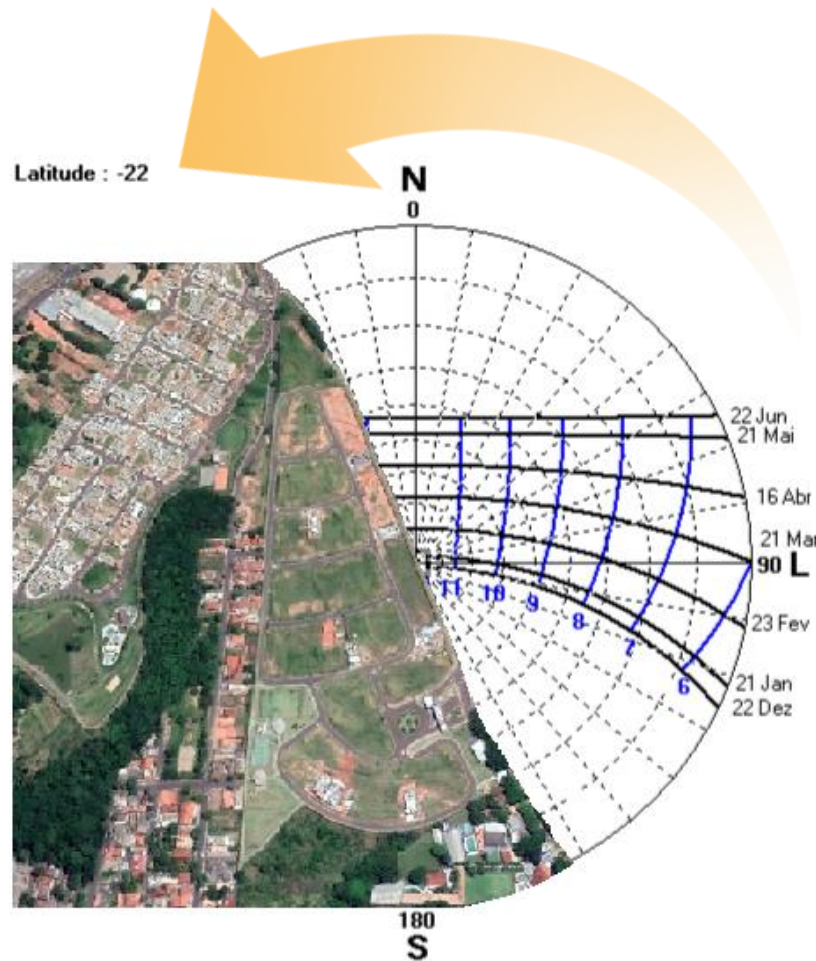
O trânsito no local é bastante fluido, com alto fluxo de veículos particulares de pequeno e médio porte, além da presença de meio de transporte coletivo (ônibus) e de carga (caminhões e carretas). Contudo, este trecho não conta com ciclofaixas ou vias para bicicleta.

FIGURA 64 – Sistema Viário do entorno.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

FIGURA 65 – Carta Solar.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2019.

Por meio de análise da carta solar de Presidente Prudente e a localização da fachada principal da área de intervenção, fica evidente a determinação dos horários de incidência solar no período da manhã, das 5h30 até 13h, com variações pertinentes aos períodos do ano (solstício de inverno, equinócio de outono, equinócio de primavera e solstício de verão). Deste modo, os horários omitidos na carta acima indicam que o sol já se posiciona atrás do muro.

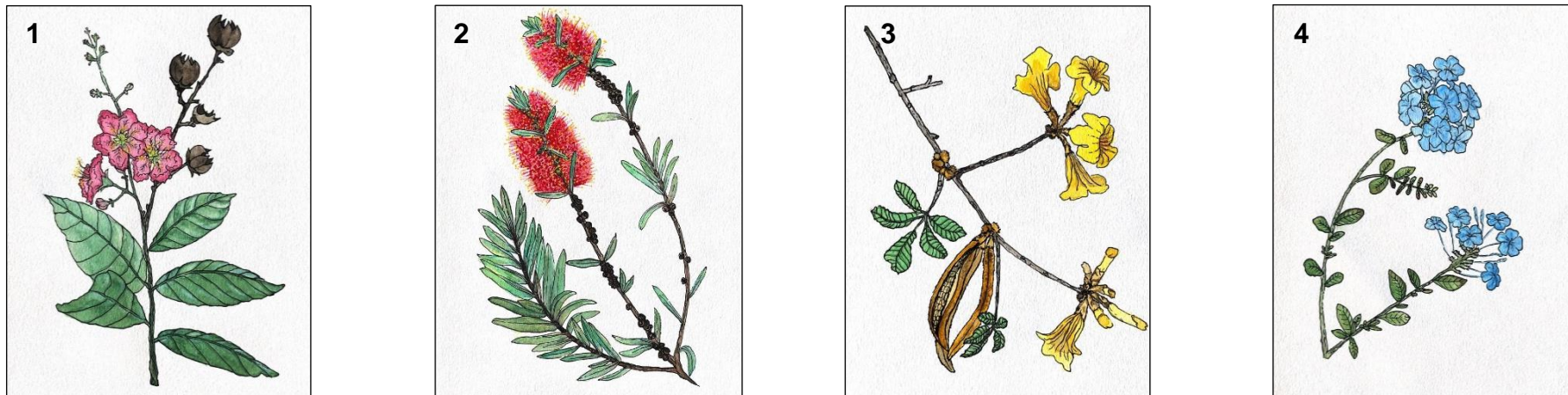
In loco foram coletados elementos que facilitam a identificação fidedigna das espécies vegetais preexistentes (vide Figura 56), pois além do conhecimento prévio também se faz necessária pesquisa bibliográfica com base em coleções, como “Árvores Brasileiras” de Harri Lorenzi. Logo, é por meio de comparação entre as formas do tronco, galho, folha, flor, semente, bem como suas cores e texturas identificou-se as quatro espécies vegetais a seguir, sendo as três primeiras arbóreas e a última arbustivas: 1. *Lagerstroemia speciosa* (resedá-gigante); 2. *Callistemon spp* (escova-de-garrafa); 3. *Tabebuia alba* (ipê-amarelo); 4. *Plumbago auriculata* (jasmim-azul).

FIGURA 66 – Registro de cada espécie preexistente (galhos, folhas, flores e sementes pareados a régua de 40cm).



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 67 – Desenhos botânicos das espécies preexistentes (aquarela sobre papel *montval* 24x32cm – 300g/m²).



Fonte: A autora, 2019.

Atualmente é possível identificar repetição dessas mesmas espécies vegetais localizadas com distâncias padronizadas por toda a extensão da área de intervenção, como no detalhe apresentado abaixo.

FIGURA 68 - Detalhe da situação atual da área de intervenção.



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente, adaptado pela autora, 2019.

TABELA 02 – Quantitativo das preexistências da área de intervenção.

QUANTITATIVO DAS PREEXISTÊNCIAS

<i>Vegetação</i>	Escova-de-garrafa	15 unidades
	Resedá-gigante	15 unidades
	Ipê amarelo	18 unidades
	Jasmim-azul	128 m ²
	Gramma esmeralda	2909 m ²
<i>Mobiliário Urbano</i>	Placas	9 unidades
	Ponto de ônibus	1 unidade

Fonte: A autora, 2019.

5 O PROJETO

5.1 Proposta

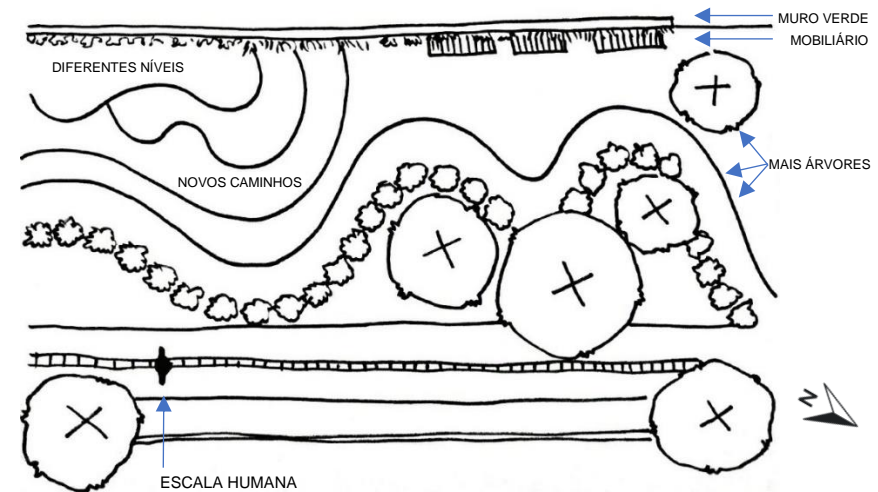
Considerando a situação real da área de intervenção, faz-se necessário respeitar aquilo que já está posto de acordo com determinadas diretrizes, como a calçada, piso tátil, espécies arbóreas já consolidadas e sinalizações.

Contudo as espécies de árvores, plantadas a cada dez metros, são de pequeno e médio porte, e por isso não propiciam grande sombreamento. Assim faz-se necessário realizar o plantio de novas espécies, agora de grande porte, aumentando a quantidade, diminuindo o intervalo entre elas e variando as espécies. Além disso, a realocação das jasmim-azul abaixo do talude. Isso porque pretende-se reorganizar o ponto mais alto dos taludes em forma de degraus, afim de que os usuários possam usufruir, seja como banco, arquibancada, entre outros.

O desenvolvimento desses diferentes níveis possibilitará que o usuário alcance outros patamares e a escala do muro não se tornará tão expressiva como antes.

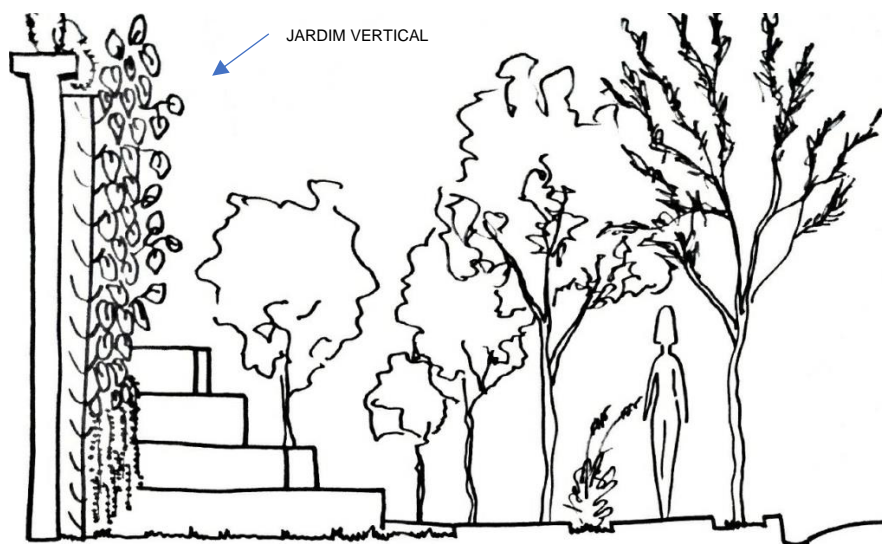
Além disso, como o muro já foi edificado e não se pretende voltar no tempo, tão pouco demolir e gerar uma quantidade exageradamente alta de resíduos, ele será a base para o jardim vertical, com espécies de plantio no solo (trepadeira) e painel artístico (chapas ecológicas e impermeáveis com duas camadas em feltro hidropônico e poliéster para acumular água/ nutriente e bolsos para abrigar as mudas – com irrigação automatizada)..

FIGURA 69 - Croqui da planta baixa da proposta de intervenção.



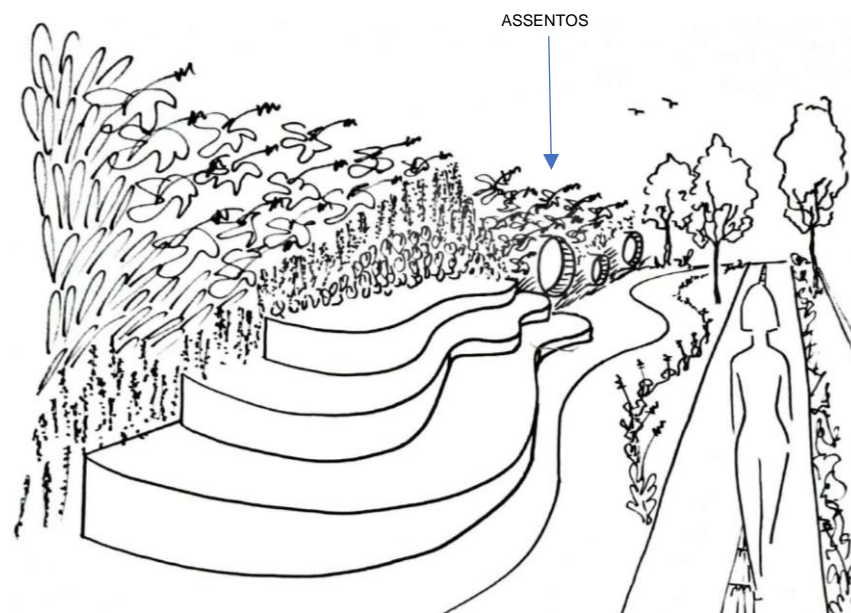
Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 70 - Croqui, visão horizontal, da proposta.



Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 71 - Croqui, visão oblíqua, da proposta.



Fonte: A autora, 2019.

5.2 Memorial Descritivo e Justificativo

O projeto paisagístico para a área intermediária entre acessos público e privado no perímetro do loteamento fechado “Monte Azul”, localizado na Av. Salim Farah Maluf de Presidente Prudente/SP, tem como justificativa a criação de uma paisagem que tira o peso do muro, que atualmente configura uma paisagem de presídio, e potencializa a ação do usuário em um espaço democrático de encontros, trocas, contemplação e diversas atividades.

Com a intenção de fugir da paisagem monótona já instalada, o partido do projeto foi o jogo de tabuleiro, que a cada caminhar do peão lhe é proposto um desafio diferente. Assim, os elementos do projeto são apresentados ao longo dos 573,20m de calçada preexistente convidando o transeunte a uma experiência interativa com seus pares, a natureza e a arquitetura.

Mas antes de pensar nos elementos surpresa do caminhar, a atenção estava em oferecer sombreamento e frescor através do plantio próximo ao ponto de ônibus e diminuição no intervalo das árvores na calçada ecológica

(atualmente de 10m em 10m para 5m em 5m), bem como a inserção de outras espécies arbóreas, com florações em épocas diferentes que permitem a configuração de paisagens distintas do local ao longo do ano, e caracterizadas por médio e grande porte, consequentemente de copas mais frondosas e compatíveis com o Guia de Arborização Urbana de Prudente (SILVA, 2019).

Para atenuar o impacto negativo do muro na paisagem este é coberto por trepadeira plantada no solo e um dos trechos o jardim vertical com espécies de texturas e cores contrastantes compõem um painel próximo a rotatória.

Em todo o projeto foi levado em consideração e respeitadas as preexistências normatizadas, como a calçada com piso tátil e árvores em pleno desenvolvimento. Contudo, para abrigar o projeto foi necessário retirar as bordaduras do alto do talude e replantá-las no canteiro central. Assim cria-se uma barreira física que impede a travessia perigosa em locais inadequados da avenida.

A permanência da calçada garante as práticas de caminhadas e corridas dos usuários que já tinham esse hábito e agora contemplarão um painel abstrato de plantas e desfrutarão de redes urbanas, escalada infantil, desníveis (em pedra e concreto, que podem ser entendidos como banco, escadaria, arquibancada, palco, entre outras possibilidades), mobiliário e iluminação.

Os mobiliários têm como materialidade o bambu. Embora o mobiliário urbano do centro e parque do povo da cidade tenha utilizado madeira, levou-se em consideração que outrora houve um desmatamento no terreno que abriga o loteamento. Logo, em repúdio a tal ato adotou-se o bambu, por ser considerado a matéria-prima do futuro, pois é um recurso renovável, uma gramínea com alta taxa de crescimento, versatilidade, resistência, flexibilidade e de desperdício mínimo.

Sendo assim, os bancos foram projetados especificamente para este projeto. O primeiro lembra um grande nicho circular que contrasta em cor e forma a parede de trepadeira onde é fixado por solda. Este é

composto por bambus amarrados com cipó em estrutura metálica, arrematado com trama de vime ao fundo e iluminação de spot embutido ao móvel na parte superior interna. Já o segundo, também em estrutura metálica agora soldada ao solo, é desenvolvido em ripa de bambu, com forma de paralelepípedo e vão que dá espaço para o crescimento de espécie arbórea plantada no chão.

Projeto: Via brincantes

Local: Av. Salim Farah Maluf – Presidente Prudente/ São Paulo, Brasil

Área: 3884,25m²

FIGURA 72 – Imagem renderizada do projeto.



Fonte: A autora, 2019.

Painel de Jardim Vertical

Plantio em estrutura modular com sistema automatizado de irrigação embutido.

Irrigação esta feita de 1 a 4 vezes por dia com duração de cerca de 5 minutos, cujo timer é instalado no sistema elétrico do local de controle.

O local de plantio consiste em chapas ecológicas e impermeáveis, recicláveis e antichamas, em feltro hidropônico e poliéster, para compor 90m² do muro.

Além da cobertura do restante com a trepadeira cultivada no solo.



Unha-de-gato

Ficus pumila

trepadeira

de 9 a 12 metros

Perene

Pleno sol



Trapoeraba-roxa

Tradescantia pallida

purpúrea

folhagem

até 0.25 metros

Perene

Pleno sol

Floração primavera/verão



Barba-de-serpente

Ophiopogon jaburan

folhagem

de 0.3 a 0.4 metros

Perene

Pleno sol

Floração no verão





Jibóia-amarela

Epipremnum aureum

folhagem

até 6 metros

Perene

Pleno sol



Jibóia

Epipremnum pinnatum

folhagem

até 6 metros

Perene

Pleno sol



Neoregelia

Neoregelia sp

bromélia

de 0.2 a 0.4 metros

Perene

Pleno sol

Floração verão



Nandina

Nandina domestica

arbusto

até 2 metros

Perene

Pleno sol

Floração primavera/verão



Novas espécies arbóreas



23 Alecrim-de-campinas

Holocalyx balansae

Árvore de grande porte

10 a 25 metros

Perene

Pleno sol

Floração de maio a junho



17 Pau-brasil

Caesalpinia echinata

Árvore de grande porte

Acima de 12 metros

Perene

Pleno sol

Floração de outubro a novembro





14 Jacarandá-mimoso

Jacaranda mimosifolia

Árvore de grande porte

Acima de 12 metros

Perene

Pleno sol

Floração de setembro a dezembro



02 Quaresmeira

Tibouchina sp.

Árvore de pequeno porte

De 8 a 12 metros

Perene

Pleno sol

Floração entre outono e primavera



02 Jambo-do-norte

Syzygium malaccense

Árvore de médio porte

De 12 a 15 metros

Perene

Pleno sol

Floração de agosto a fevereiro



13 Jasmim-manga

Plumeria rubra

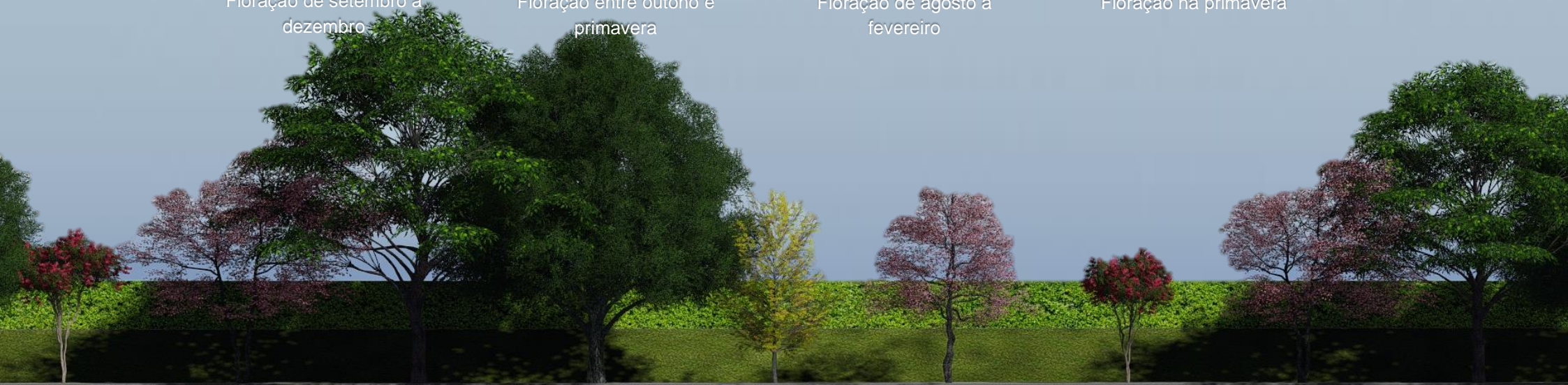
Árvore de pequeno porte

De 4 a 6 metros

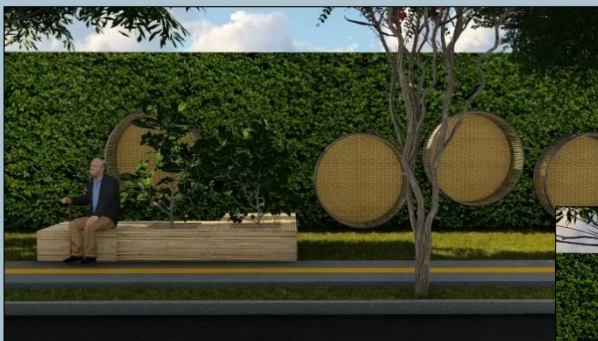
Perene

Pleno sol

Floração na primavera



Iluminação artificial



LED no mobiliário e árvores,





destacando formas e materialidade.



Espaços de exploração e interação





BANCO INDIVIDUAL

O modelo possui design geométrico cilíndrico, assim como sua materialidade em bambu unidos por cipó. Sua fixação é através de ganchos soldados em alvenaria. E seu encosto possui trançado, o qual garante o destaque da forma ao longo da paisagem de muro verde, apresentando o usuário como componente desta cena urbana.

Dimensões

Altura: 1,57m

Largura: 0,60m

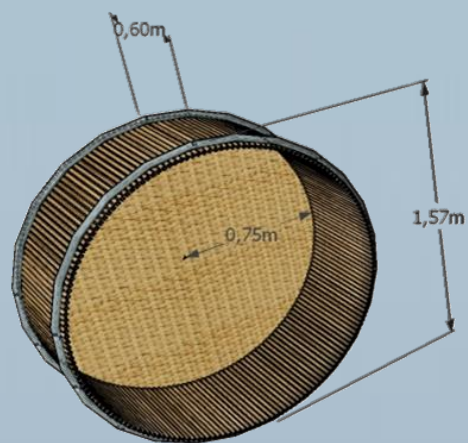
Comprimento: 1,57m

Materialidade

Assento/ Encosto: bambu

Estrutura: aço

Superfície: tratada



BANCO COLETIVO

O modelo permite mais de um usuário ao lado do vão que abriga espécies arbóreas plantadas no solo, bem como arranjos diversos entre si.

Dimensões

Altura: 0,45m

Largura: 1,00m

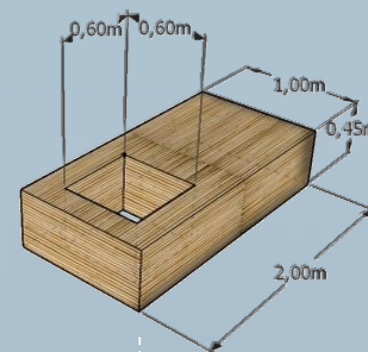
Comprimento: 2,00m

Materialidade

Assento/ Encosto: bambu

Estrutura: aço

Superfície: tratada





Usos em períodos distintos

diurno





noturno







6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos não podemos negar a história e tudo que já foi edificado, ficando evidente a mudança na sociedade e como a mesma veio se valendo, ao longo do tempo, do muro para se defender, vigiar, proteger, delimitar, separar, preservar, esconder, confinar, segregar, dentre outros aspectos.

O trabalho de campo evidenciou através das fotografias dos perímetros dos residenciais fechados, que crescem desenfreadamente por toda a malha urbana e com maior expressividade nas zonas sul e oeste, que as nossas paisagens estão cada vez mais cinzentas, monótonas e sem escala humana. Situação esta que ignora a responsabilidade social da propriedade e a consciência de solidariedade e comunidade.

Contudo os autores citados permitem aos profissionais da construção civil a reflexão sobre a aplicabilidade do muro em larga escala na paisagem urbana, bem como uma alternativa paisagística para arquitetar paisagens, de modo a adquirir um certo encanto, pois as espécies vegetais, espelhos d'água, desníveis e gradis tanto podem encerrar um certo ambiente, quanto permitir vislumbrar o que está para além desta barreira física, e assim possibilitar a sensação de segurança pela clara visão do que está a acontecer no aqui e além, bem como tirar o peso dos muros já edificados.

Assim, em relação as paisagens já consolidadas por muro, fica aqui uma proposta para minimizar o impacto do cenário de guerra, a partir da arte da paisagem construída, em vista do melhor aproveitamento dos espaços e qualidade do ambiente visual da cidade e sua sustentabilidade.

Com destaque que, a aplicação do projeto aqui proposto pode deixar de ser utópico, sair do papel e consolidar uma paisagem urbana digna de uma cidade média, por meio legal de ações públicas que envolvam TACs, em vista de compensação a danos ambientais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. MONTEIRO, F. SERDOURA, F. **A cidade segregada por muros: Uma análise sobre a urbanidade no entorno dos condomínios fechados em São Luís.** Disponível em:

<http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%20%20-%20Cidades%20Inovadoras%20e%20%20Inteligentes/Paper1121.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

A HISTÓRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE | entrevista com o professor Caetano. Não perca a cabeça. **YouTube**. 20 de agosto de 2017. 20min12s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=96rtMH3pIKY>. Acesso em: 24 set. 2018.

ALVIM, Angélica Benatti. Vitruvius. **Memórias e atualidade: Espaços públicos da área central de Presidente Prudente.** Jan. de 2019. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.222/7216>. Acesso em: 23 mar. 2019.

AMARAL, L. **O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro.**

Contemporânea, Rio de Janeiro, 8, jul. 2010. Disponível em:

http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_04_Amaral.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade na História da Europa.** Lisboa: Presença, 1995.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Editora 34, 2000.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?.** Rio de Janeiro, Vozes, 2005.

COSTA, Leonel. **Termo de ajustamento de conduta (TAC) e algumas observações sobre o seus limites.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4140, 1 nov. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/30469>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CULLEN, Gordon; MACEDO, Carlos Lemonde de; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana,** 1983.

D'INCAO, Maria Angela (org). **Presidente Prudente: Capital Regional**. Presidente Prudente, São Paulo: Letras À Margem, 2007.

EVANGELISTA R. **Os diferentes muros sociais que se erguem no mundo contemporâneo**. Ciência e Cultura. 2004 Sep;56(3):17-8.

GASPARETO, Maria Gomes Talavera. O Imparcial. **Prudente é a 11ª cidade mais pacífica do país**. 8 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.imparcial.com.br/noticias/prudente-e-11-cidade-mais-pacifica-do-pais,13408>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GATTO, A. **Implantação de jardins e áreas verdes**. Aprenda Fácil Editora, 2002.

GATTO A, Wendling I, PAIVA A, GONÇALVES W. **Solo, planta e água na formação da paisagem**. Viçosa-MG: Aprenda Fácil, 2002.

GOMES, Marianne Medeiros. **O protagonismo das paredes na paisagem urbana**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181280/O%20protagonismo%20das%20paredes%20na%20paisagem%20urbana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mar. 2019.

IBGE. **Presidente Prudente**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2018.

JACOBS, Allan B. **Grandes ruas**, 1993, p. 23 - 27. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3t62h1fv>. Acesso em: 05 out. 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

JUCÁ, Francisco Pedro. **Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. In: Ana Flávia Messa; Nuncio Theophilo Neto; Roque Theophilo Junior (org). Sustentabilidade Ambiental e Novos Desafios da Era Digital. Estudos em Homenagem a Benedito Guimarães Aguiar Neto. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 27/43.

KARSSENBERG H, LAVEN J, GLASER M, HOFF MV. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: ediPUCRS. 2015. Disponível em: https://issuu.com/stipoteam/docs/a_cidade_ao_nivel_dos_olhos. Acesso em: 23 set. 2018.

LARA, R. **Elvas praça-forte**. Torres, castillos y fortalezas de Portugal. 2017. Disponível em: <https://miscastillos.blog/2017/12/17/elvas-praca-forte/>. Acesso em: 26 out. 2018.

LE GOFF J; SCHLEGELJ. L. **La Edad Media explicada a los jóvenes**. *Paidós*, 2007, p. 11 – 25. Disponível em: http://www.ateneodelainfancia.org.ar/uploads/Le_Goff_Jacques___La_Edad_Media_Explicada_A_Los_Jovenes.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEENHARDT, Jacques. **Nos jardins de Burle Marx**. Perspectiva, 2010.

LORENZI, H. **Arvores brasileiras**: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. vol. 1, Nova Odessa: Plantarum, 1992.

_____. **Arvores brasileiras**: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. vol. 2, Nova Odessa: Plantarum, 1992.

_____. **Arvores brasileiras**: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. vol. 3, Nova Odessa: Plantarum, 1992.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luiz. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Leandro. **Bosque com paisagem que ganhou prêmio de fotografia vira condomínio**. 17 de julho de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1487111-bosque-com-paisagem-que-ganhou-premio-de-fotografia-vira-condominio.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MARICATO, Ermínia. *A terra é o nó*. IN:_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. cap. 5, p. 183 – 188.

_____. O nó da terra. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, 2008, 15: 191-196.

MARX B; TABACOW, J. Conceitos de composição em paisagismo. **Roberto Burle Marx: arte e paisagem**. São Paulo: Studio Nobel, 2004, p. 23 - 24.

MENA, Fernanda. Folha de São Paulo. **Abismo social divide cidades mais violentas das mais seguras no país**. 15 de julho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/abismo-social-divide-cidades-mais-violentas-das-mais-seguras-no-pais.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MURO. In: **Dicionário Online de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

NASCIMENTO. M. C. A. **Reestruturação das cidades médias e novas morfologias urbanas em Feira de Santana/BA**. Artigo (Bolsa FAPESB/CNPq) Programa de Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em: https://portal.toledoprudente.edu.br/upload/usuarios/10760/aulas/REESTRUTURACAO_DAS_CIDADES_MEDIAS_E_NOVAS_MORFOLOGIAS.pdf. Acesso em: 07 ago. 2018.

PAULA, Ricardo. **História do município**. In: Atlas Ambiental Escolar de Presidente Prudente. Disponível em: <http://portaldoprofessor.fct.unesp.br>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo. SENAC. 1996.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Complementar nº 154/2008**. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=614>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PRUDENTE, PRESIDENTE. Prefeitura Municipal. **Mapas e informações Geográficas**. Disponível em: http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/central_mapas.xhtml. Acesso em: 10 fev. 2019.

RIBEIRO, L. A.; REIS J. E. dos. **A muralha medieval e suas funções**, 2012.

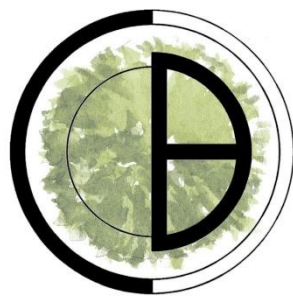
SETA, Cesare de e LE GOFF, Jacques (dir.). **La ciudad y las murallas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1991, p. 11 – 66.

SILVA, Taís Fernanda. **Guia de Arborização Urbana**: Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/publicacao.xhtml?cod=2010>. Acesso em: 05 set. 2019.

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo, UNESP, 2013.

UNESCO. **Cidade quartel fronteira de Elvas e suas fortificações**. 2012. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/elvas-e-suas-fortificacoes>. Acesso em: 25 out. 2018.



Camila Bruchmam
ARQUITETA E URBANISTA

